



Stock da dívida pública dispara para 48,7%

RELATÓRIO. O aumento nominal da dívida pública, em 2019, atingiu os 48,7% para os 34,3 biliões de kwanzas, ao passo que, em termos reais (levando em conta a variação cambial), o crescimento se ficou pelos 27,1%. Os dados consolidados da execução fiscal do ano passado dão ainda conta do aumento nominal do rácio da dívida sobre o PIB para os 107%. **Págs. 8 e 9**



PEDRO PEREIRA,
PRESIDENTE DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

PRIVATIZAÇÃO DA TCUL “Estado ainda não decidiu”

Págs. 4 a 7

UNTA AVISA Centenas de queixas de falta de biossegurança e atrasos salariais

Pág. 9

ISABEL DOS SANTOS REAGE

Banco de Portugal aprovou compra da Efacec

Em reacção às notícias que reportam investigações sobre suspeitas de vários crimes na aquisição da Efacec, a empresária lembrou que o processo foi objecto de inquérito e aprovação do regulador português, não tendo sido encontrada “qualquer irregularidade”. E garante exigir responsabilidade.” **Pág. 10**

FORNECEDORES E PRODUTORES DESAVINDOS

Preços dolarizados dividem membros da AIBA

INDÚSTRIA. Os fornecedores e produtores que integram a Associação das Indústrias de Bebidas (Aiba) estão em desacordo por causa dos preços indexados ao dólar praticados pelo primeiro grupo. **Pág. 11**



ENDIVIDADOS ATÉ À MEDULA

Os alarmes sobre a gestão da dívida voltam a soar. No exercício fiscal consolidado de 2019, o Governo assume um crescimento nominal do stock da dívida pública de 48,7%, contra os 27,1% do aumento real, o que leva em conta a variação cambial. Transportados para as contas do Produto Interno Bruto, os gráficos mostram que o rácio da dívida sobre o total da riqueza do país produzida no ano passado já se fixa nos 107%. Ou seja, pela primeira vez, em dez anos, a soma da riqueza produzida foi inferior ao total da dívida acumulada em termos nominais. Os números são precisos. Contra os 32 biliões de kwanzas do PIB, Angola devia, no ano passado, 34,3 biliões de kwanzas.

Esses gráficos da dívida em relação à riqueza nacional revelam outros dados, no mínimo, curiosos sobre o que se tem passado desde a troca de figuras no cadeirão da Cidade Alta. Em apenas dois anos (2018 e 2019), o Governo de João Lourenço elevou em 42 pontos percentuais o rácio da dívida face ao PIB. É que, depois de ter atingido os 75% em 2016, a proporção da dívida sobre o PIB recuou para os 65%, em 2017, num esforço significativo que indicava o início de uma nova trajetória de consolidação fiscal. Não foi, entretanto, o que se seguiu. Depois de ter atingido os 84% em 2018, elevou-se para os 107% no ano passado e, para este ano, a dívida não é se vai disparar, mas sim em quanto vai aumentar. Até porque o Governo não só precisa

de contrair mais empréstimos, assim como está a negociar alívios e alargamentos de prazos para desembolso aos credores daquilo que já deve.

Mas é preciso notar que este aumento gigantesco da proporção da dívida ocorre precisamente nos dois melhores anos do período da crise (desde 2014), isto no que respeita ao preço do petróleo e à consequente facturação para o país. Ao contrário de 2017, em que o preço médio do crude se ficou pelos 54 dólares, em 2018, o petróleo angolano foi exportado a um preço médio de 70,3 dólares. Já no passado, o barril do 'ouro negro' saiu a uma média de 65,1 dólares. E, para afastar, desde já, o argumento do corte da produção, os números continuam a falar por si. Se é verdade que, em relação a 2017, houve uma quebra

na produção de 7% em 2018 e de cerca de 14% em 2019, a valorização da matéria-prima acabou por compensar os cortes, de tal sorte que as receitas, nesses últimos dois anos, foram de longe superiores. Os 539 milhões de barris exportados em 2018 e os 493 milhões vendidos no ano passado permitiram encaixes totais de 37 mil milhões e 32,1 mil milhões de dólares, respectivamente, face aos 31 mil milhões de dólares que resultaram da venda dos 575 milhões de barris de petróleo em 2017. Partindo do princípio de que, nesses três anos que servem de comparação, o encaixe público foi praticamente o mesmo (pouco menos de um terço da facturação total), é caso para dizer que não foi por menos dinheiro de petróleo que se endividou o país até à medula.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira

Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N° de Contribuinte: 5401180721

N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS...



ALBERTINA NAVITA NGOLO,
2.ª VP da bancada da Unita

O que espera da actual situação económica do país?

O impacto já se sente desde antes da pandemia, por causa da baixa do preço do petróleo, corrupção institucionalizada, má escolha de medidas de políticas para diversificar a economia. Agora, face à covid-19, que causou a redução da actividade económica chinesa, o maior importador do petróleo, associado à falta de produção interna, a fome vai tomar conta da maior franja da população.

O que deve ser feito?

No curto prazo, é preciso facilitar o acesso aos serviços sociais básicos, tais como a água, principal produto de biossegurança, energia e saneamento básico. A liberalização de recursos financeiros para a protecção social sem contrapartida às famílias mais vulneráveis. Além de se garantir as importações de produtos da cesta básica, uma vez que ainda dependemos muito do mercado externo.

Como analisa as medidas do Governo para reduzir o impacto da covid-19?

O Executivo não sabe quem são essas famílias vulneráveis, onde cada um vive e como receberá o valor. Outro problema é o do valor não corresponder à realidade económica. A cesta básica hoje e o estilo das famílias angolanas, numerosas, fruto dos nossos usos e costumes, equivale a aproximadamente 75 mil kwanzas.

16
TERÇA-FEIRA

O grupo parlamentar da Unita avisa que vai exigir a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para analisar o “desaparecimento” de 400 milhões de kwanzas do Banco de Poupança e Crédito.

17
QUARTA-FEIRA

A consultora Fitch Solutions considera que o crescimento dos empréstimos na banca angolana vai abrandar nos próximos anos devido ao peso do Estado no sector, que dá pouca margem para a actividade privada.

18
QUINTA-FEIRA

O ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, declara que a criação de zonas francas vai permitir o processamento de matéria-prima, para que o país possa exportar produto acabado.



15

SEGUNDA-FEIRA

O Sindicato Nacional dos Médicos de Angola (Sinmea) ameaça partir para uma greve, nos próximos dias, caso não haja resposta do Presidente da República a quem foi enviado um manifesto da classe.

19
SEXTA-FEIRA

O Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (Igabe) recorda, em comunicado, que o BPC está fora do programa de privatizações e que não houve manifestações de interesse numa possível alienação deste activo.



20
SÁBADO

Dados do Ministério das Finanças indicam que as exportações de petróleo caíram 48% em Maio, face ao valor de Abril, para 225 mil milhões de kwanzas.



21
DOMINGO

A agência de notação financeira Fitch Ratings anuncia que Angola deverá ter de desembolsar cerca de cinco mil milhões de dólares este ano em pagamentos de dívida pública, representando mais de 60% da receita do Estado.



COTAÇÃO



BRENT SEGUE POSITIVO, MAS NÃO PASSA OS 45 USD

O barril do Brent, referência às exportações angolanas, abriu a semana no positivo, ao manter-se acima dos 40 dólares. Nesta segunda-feira, 22, as negociações para entregas em Agosto abriram nos 42,22 dólares, depois de fecharem a semana passada nos 41,51 dólares. A tendência positiva, segundo especialistas, não ultrapassará os 45 dólares devido à segunda vaga da covid-19 na Europa.



WTI SOBELIGEIRAMENTE

Por sua vez, o petróleo de referência para os EUA registou uma subida mais tímida ao ser negociado a 40,12 dólares por barril, após terminar a semana anterior com o preço de 39,42 dólares. Especialistas antevêm os preços do WTI numa média de 34 dólares por barril no terceiro trimestre deste ano.

Entrevista

PEDRO PEREIRA, PCA DA TCUL

“O Estado não vai retirar a totalidade da sua participação”

Com pouco mais de um mês no topo da gestão da empresa pública de transportes colectivos, Pedro Pereira explica por que razão o Estado não deve alienar, na totalidade, a Tcul, sem deixar de alertar para os riscos de uma eventual retirada dos subsídios governamentais. O também economista revela os números que denunciam o impacto da pandemia na actividade e calcula em cerca de dois milhões de dólares as necessidades de investimento no inter-provincial.

Por Júlio Gomes

Qual é a estratégia para o relançamento da Tcul?
O conselho de administração foi empossado a 5 de Maio de 2020, e tenho a sorte de vir da anterior gestão que dirigi interinamente por cerca de dois anos. Nesta nova nomeação, temos quatro administradores, dois executivos e outros não executivos. Fui administrador para a área financeira e passei, depois, a acumular funções. Encontrámos uma empresa com potencial, porque o sector dos transportes é transversal e, querendo ou não, tem um certo peso na vida económica. Além disso, mexe com um elo populacional muito sensível, ou seja, pessoas com menos rendimentos. O seu potencial, do ponto de vista financeiro, é enorme, mas também do ponto de vista social, aquilo que tem que ver com a redução dos índices de pobreza.

Está ultrapassado o espectro de descontentamento dos trabalhadores que volta e meia entram em greve?

A empresa tinha certos problemas



Mário Mujica © VE

Encontrámos uma empresa com potencial, porque o sector dos transportes é transversal e, querendo ou não, tem um certo peso na vida económica.

de natureza crónica. Encontrámos uma empresa que vivia praticamente do subsídio a preço. Grosso modo, a tarifa do bilhete custa 100 kwanzas, mas o passageiro paga a bordo apenas 50 kwanzas. Os outros 50% são da responsabilidade do Estado, uma fatia que repassa para todas as outras operadoras que também actuam no mercado. Isso não beneficia a empresa, mas sim o passageiro. Nas variáveis crónicas, encon-

trámos também uma empresa sem o qualificador ocupacional, o que levou a firmar um acordo colectivo com os trabalhadores e a introdução do subsídio de diuturnidade. Quer dizer que, para aqueles que tinham três a cinco anos de antiguidade, devia fazer-se um acréscimo do salário base de 5%. Para os que tinham cinco a 10 anos devia dar-se acréscimo de 10%. Acima disso, a taxa máxima de acréscimo seria de 15%.

Mas não se chegou a implementar o subsídio?

A empresa viveu muitos problemas de natureza estrutural e conjuntural, o que levou a atrasos salariais. Isso levou a incumprimentos no pagamento do subsídio, levando a uma diuturnidade de 39 meses.

A Tcul tem um universo de 1.754 trabalhadores com uma massa salarial bruta de 170 milhões de kwanzas.

“ A estratégia, nesse período da pandemia, é que cada um se acha seguro andar no carro pessoal, mas, do ponto de vista económico, isso influencia negativamente a nossa actividade. ”

O que se está a fazer para a amortização da dívida ou é para esquecer?

A nova gestão conseguiu amortizar já 33 meses. Estava previsto pagarmos, no início do primeiro trimestre deste ano, os restantes seis meses. Infelizmente, a covid-19 complicou toda a estratégia que tínhamos no plano de actividades. Por outro lado, encontrámos a dívida com questões tributárias, especificamente com o INSS e com a AGT. Com o INSS, a amortização da dívida está mais avançada.

Qual é o valor dessas dívidas?

Não tenho aqui os valores, mas o mais importante até não é o valor, mas o procedimento para o tratamento que estamos a fazer. Chegámos a um pré-acordo com o INSS, estamos a amortizar a dívida e acreditamos que ainda esta semana vamos sentar com a direcção do INSS para o estabelecimento de um acordo e permitir que os 114 trabalhadores que aguardam a reforma possam realmente, aos poucos, ir saindo e ver viabilizados os processos para a aposentação. Quanto à AGT, as negociações também estão em curso. No entanto, é importante frisar que tanto para uma, como para outra instituição, temos honrado as obrigações tributárias correntes. Portanto, estamos a falar de dívidas de 2015 a 2017.

Com todos esses constrangimentos, fica-se com a ideia de que a empresa não é viável...

Tínhamos uma empresa com instabilidade de salários quanto à pontualidade e regularidade de pagamentos. Havia problemas sérios em que as pessoas deviam ir para a aposentação, mas não podiam por causa da dívida. Havia uma dívida de diuturnidade. Eu pergunto: dentro desse cenário, qual é o grau de motivação do trabalhador? Será que não haveria propensão para participar activamente para a evasão das receitas? Não quer dizer que somos heróis, mas a nossa estratégia foi definir claramente o que é prioritário, focando-nos nas variáveis que acabei de mencionar.

O que isso representa hoje para a empresa?

O Estado colocou-nos aqui como gestores. A qualquer momento, podemos sair porque estamos em comissão de serviço. Então, chamámos os trabalhadores, através

Havia uma dívida de diuturnidade. Eu pergunto: dentro desse cenário, qual é o grau de motivação do trabalhador? Será que não haveria propensão para participar activamente para a evasão das receitas?

Estamos a transportar muito pouco, muito pouco mesmo. Estou a falar da lotação dos nossos autocarros de 79 passageiros, mas só nos é permitido transportar 39.

da comissão sindical, para serem parte da gestão da empresa. Trouxemos o ‘bureau’ sindical dentro da gestão para conhecer a realidade da empresa e juntos, de mãos dadas, buscar soluções criativas para contornar os problemas. Outra coisa fundamental é reconhecermos que ninguém sabe tudo. Juntámos os saberes e vamos buscar formas internas, sobretudo, de podermos alavancar a empresa. Por isso, definimos claramente que deveríamos



Mário Injicetes © VE

praticar um acto de humildade e de gratidão para muitos que contribuíram para que da extinta Empresa de Transportes Públicos (ETP) hoje tivéssemos a Tcul.

É intenção de o Governo retirar o subsídio às empresas do sector. O que pensa se assim acontecer?

Isso já está claro ao nível do Executivo, obedecendo às receitas do Fundo Monetário Internacional, que prevêem a redução dos subsídios que o Estado concede à eco-

nomia. Talvez encarem isso como imperfeição do mercado, mas, ainda assim, são sensíveis à questão dos transportes e também a outros sectores da economia que requerem uma atenção especial.

Então, o subsídio deve manter-se?

Uma retirada do subsídio leva necessariamente ao ajuste da tarifa. Será que a população com menor rendimento está à altura de pagar 150, 200 ou 300 kwanzas pelo transporte público, num

contexto actual de crise da nossa economia? Acreditamos que a reversão desse processo é possível, mas começa com uma intervenção activa do Estado.

Como acabar, assim, com a intervenção do Estado na economia?

À medida que a economia for mais robusta, ao longo do tempo, o Estado vai ter várias possibilidades de reduzir a carga de subsídios concedidos a vários agentes da economia. Por enquanto, não tem como porque, a acontecer, passaria esse custo directamente à população, o que seria muito penalizante. Portanto, no actual contexto, não é aconselhável.

Como está a frota da Tcul?

No passado, a Tcul tinha várias marcas. Hoje, a frota é toda da marca chinesa Yutong, que dominamos do ponto de vista técnico. Essa frota está composta por 284 autocarros, sendo 185 urbanos, 30 para os serviços inter-provinciais e o remanescente atribuído ao serviço de aluguer permanente, ou seja, o aluguer que fazemos para transportar diariamente trabalhadores de empresas e instituições. Isso enquadra também alugueres ocasionais, contratos que surgem para casamento, excursão, ou funeral.

Nesse mesmo quadro (aluguer), na nossa gestão, lançámos, como inovação, a carreira expresso que sai de um ponto A ao B sem paragens. Esse serviço, feito de manhã das 5h às 6h30, é um sucesso que vem para colmatar o fluxo de trânsito e o stress que daí resulta para quem precisa de se deslocar, por exemplo, do Kilamba para o centro da cidade com urgência para trabalhar. Esses autocarros retornam ao ponto A por entre as 15 e as 16h30.

Fala em sucesso...

Sim, foi um sucesso, por isso acabámos também por abrir a rota Condomínio Cajueiros para transportar os trabalhadores da Sonangol e há trabalhadores da Suave. Está em estudo o lançamento para o Sequele. Portanto, o serviço foi tão bom que um grupo de moradores da Centralidade Vida Pacífica do Zango Zero solicitou. Montámos a carreira expresso e beneficiam.

Em que medida a facturação está

Continua na página 6

Entrevista

Continua da página 5

a ser afectada pelas restrições no uso dos transportes públicos, face à pandemia?

Por enquanto, está suspensa a carreira expresso. A estratégia, nesse período da pandemia, é que cada um se acha seguro andar no carro pessoal, mas, do ponto de vista económico, isso influencia negativamente a nossa actividade. Temos limitações naquilo que é a lotação máxima do autocarro. Ainda no urbano, prevalece a lotação de 50 %. Já para o serviço inter-provincial, é 75%.

Quais são as rotas para os vossos autocarros mais rentáveis?

No inter-provincial, temos a maior praça, que é Luanda. Daqui vamos para o Uíge, município sede e Negage (com uma base central), Ndalatando, Gulungo Alto, Malanje, Huambo, onde também temos uma grande base que pensamos ser o suporte para operações para o centro-sul, Mbanza Congo, Luvo e Soyo. De Luanda até ao Huambo, temos paragens intermédias. Estou a falar do Waco Kungo e da Quibala. Assim também acontece na saída para o Soyo, abrimos também pontos intermédios. Estas são, por enquanto, as rotas inter-provinciais, fruto da limitação dos nossos autocarros, porque temos muito poucos.

E que necessidades tem a empresa em termos de autocarros?

O nosso objectivo é investir seriamente na obtenção de autocarros para a carreira inter-provincial, sem descurar a carreira urbana, que é um dos pontos fundamentais que marcam o nascimento da Tcul como empresa. O esforço é tentar, a todo o custo, ter pelo menos 20 a 25 autocarros para o inter-provincial com uma capacidade de 46 lugares. Cada autocarro custa cerca de 77 mil dólares.

Há dificuldades com acessórios e peças de reposição?

A ideia é manter a marca Yutong. Como disse, dominamos já a tecnologia, não queremos ter muitas marcas que depois complicam a gestão em termos de peças e acessórios.

Não respondeu à questão da viabilidade da empresa. Esse negócio está condenado ao declínio?

Se procurar todas as empresas de transporte, em qualquer parte do



Perfil

Pedro do Carmo Manuel Pereira, 48 anos, licenciado em Economia pela Universidade Agostinho Neto, é um gestor que acredita no sucesso da gestão alicerçada no grupo de colaboradores eficientes e actualizados. Por exemplo, considera o serviço de cobrador “um acto científico que necessita de especialização”. Mas, devido à covid-19, as acções de formação ‘on the job’ estão suspensas desde 24 de Março.

A Tcul faz parte do Propriv, mas acreditamos que, pela natureza estratégica da empresa e pela sua sensibilidade, o Estado não vai retirar a totalidade da sua participação.

mundo, poderá concluir que as pesquisas indicam que todas as empresas de transportação urbana são suportadas por uma estrutura de subsídios. Isso acontece nos países com economias mais evoluídas e noutros com economias mais delicadas como a nossa. Portanto, a transportação urbana é sustentada por subvenções.

Mas...

Mas uma empresa que queira sair-se muito bem nesse segmento tem de ser necessariamente criativa e apostar em outros sectores.

Refiro-me, por exemplo, à carreira inter-provincial. E os ganhos deste sector de maior rentabilidade vão colmatar os possíveis défices no sector que menos dá resultados, no caso, o urbano. Mas o resultado líquido desse processo tem de ser positivo. O urbano, mesmo que não tenha um retorno significativo, tem importância do ponto de vista social. Na verdade, a perda financeira acaba por ser ganha do ponto de vista da equidade e justiça social.

A privatização da Tcul é uma

possibilidade, aliás consta do Propriv...

Muitas pessoas encaram essa palavra como sendo ruim. Temos de entender bem esse processo. A privatização, dependendo da forma como é feita, pode trazer ganhos significativos para a economia. Imagina o Estado suportar tudo! É pesado. Mas é preciso entender a fundo o processo.

Mas a ideia do Governo é passar tudo, ou quase tudo, para os privados...

O Estado lançou o programa de privatização de empresas em que há aquelas a privatizar na totalidade ou em parte. Acreditamos que, no caso da Tcul, o Estado ainda não tem claramente definida a tipologia da privatização. A Tcul faz parte do Propriv, mas acreditamos que, pela natureza estratégica da empresa e pela sua sensibilidade, o Estado não vai retirar a totalidade da sua participação. Mas é importante o Estado abrir o capital para que investidores injectem recursos de modo a que a empresa ganhe capacidade de investimento e se torne robusta. Não podemos ter o Estado como muleta para empresas ineficientes.

E a questão das estradas de que forma impacta na vossa actividade?

Isso é da responsabilidade dos governos provinciais. Uma estrada esburacada rebenta com qualquer meio. Por isso é que não colocamos as nossas viaturas nas estradas em mau estado. A nível urbano, infelizmente, muitas vias não têm separadores para que ali apenas circulem autocarros.

Nesta fase, quantos passageiros transportam diariamente?

Estamos a transportar muito pouco, muito pouco mesmo. Estou a falar da lotação dos nossos autocarros de 79 passageiros, mas só nos é permitido transportar 39. Em média, estamos a sair à rua por dia com 63 autocarros. Fazemos dois turnos, um que termina às 12 horas e outro que termina à noite. Portanto, feitas as contas, estamos a transportar entre quatro mil e cinco mil passageiros por dia. Se cada passageiro paga 50 kwanzas, já se pode achar o valor. Há, por isso, prejuízo financeiro, mas vale a pena ter o lucro social corporizado na preservação da vida humana.



LIGA NOS

VIVA O FUTEBOL
PORTUGUÊS
EM EXCLUSIVO NA ZAP!

SPORT-TV **ÁFRICA**

CANAIS 20 E 21 HD

3TV

CANAL 24

DISPONÍVEL PARA CLIENTES
ZAP PREMIUM

CARREGUE JÁ!

 **LaLiga**  **Santander**

**A LIGA ESPANHOLA
ESTÁ DE VOLTA!**

  **LaLiga** | CANAIS 25 E 26 HD

DISPONÍVEL PARA CLIENTES
ZAP MAX E ZAP PREMIUM

CARREGUE JÁ!

#BackToWin



APOIO AO CLIENTE:
935 555 600 | apoio.cliente@zap.co.ao
TODOS OS DIAS, INCLUINDO FERIADOS, DAS 7:00 AS 24:00

INFORMAÇÕES SUJEITAS A ALTERAÇÕES

+ INFO EM: www.zap.co.ao

Mercados & Negócios

EM 2019

Dívida pública aumenta 48% e já vale 107% do PIB

dos, adiados e ou mais bem negociados. É o caso, por exemplo, dos 600 milhões de dólares contratados junto do Japan Bank for International Cooperation para o projecto integrado de desenvolvimento da Baía do Namibe, assim como os 100 milhões solicitados ao Bank Of Southern Africa para o down payment do referido projecto. Em causa, está o modelo de negócio, visto que o projecto se enquadraria na modalidade BOT (Build, Operate and Transfer, ou seja, Constrói, Opera e Transfere), no quadro de parcerias público-privadas. O modelo que João Lourenço anunciou em Setembro de 2018, quando discursava em Nova Iorque no Fórum Empresarial Estados Unidos/Angola, que seria o escolhido para a construção do porto da Barra do Dande por não representar custos para o Estado.

A DÍVIDA INTERNA

Por outro lado, a dívida interna contribuiu para o aumento do stock com um incremento de 700 mil milhões de kwanzas, o equivalente a 1,4 mil milhões, fixando o stock desta dívida em 10,7 biliões de kwanzas, equivalente a 22,5 mil milhões de dólares. Comparativamente a 2018, a variação nominal foi de 24,8%. Neste pacote, o destaque vai para a redução em cerca de 61,2% das dívidas de curto prazo, ao passarem de 581,5 mil milhões para 225,4 mil milhões de kwanzas.

“Não obstante o aumento do stock da dívida interna, o alargamento do peso da dívida de médio e longo prazos em detrimento da de curto prazo, evidencia ganhos da implementação da Estratégia de Endividamento de Médio Prazo (2019-2021)”, destaca o Ministério das Finanças. A dívida interna fechou o ano a representar 31,2% do global da dívida.

Englobam ainda o stock da dívida pública as dívidas das instituições públicas, mas, no caso, foram apenas consideradas as da Sonangol e da Taag. Neste caso, registou-se um incremento nominal de 61,7% ou 600 mil milhões de kwanzas, passando de 1,3 para 2,2 biliões de kwanzas, o equivalente a 4,6 mil milhões de dólares. A petrolífera é responsável por 95,8% do pacote, tendo-se registado um aumento de 55,2% da sua dívida.

Já a dívida da Taag registou um incremento de perto de 4.000%

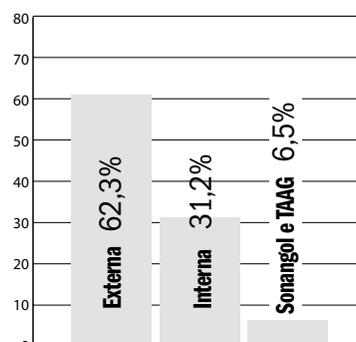
CONTAS. A dívida externa concorreu para o aumento com mais 12,6 mil milhões de dólares. Compra das aeronaves também teve um contributo considerável.

Por César Silveira

milhões destaca-se entre as dívidas contraídas externamente. Comparativamente a 2018, registou-se uma variação de 148,7% do stock da dívida resultante da emissão de obrigações no mercado internacional, eurobonds.

“Importa referir que, apesar de as emissões de eurobonds aumentarem o stock da dívida externa, esta modalidade de financiamento está prevista na Estratégia de Endividamento de Médio Prazo (2019-2021), que, relativamente à dívida externa, visa diversificar as suas fontes de financiamento, priorizando

Composição do stock da dívida



as multilaterais com o objectivo de reduzir os custos de financiamento e as emissões de eurobonds para reduzir o risco de refinanciamento e de taxa de juro”, lê-se no relatório das Finanças. O stock

da dívida governamental externa compreende as dívidas resultantes de financiamentos multilaterais, bilaterais, comerciais, com fornecedores e via emissão de eurobonds, categorizadas em curto, médio e longo prazos.

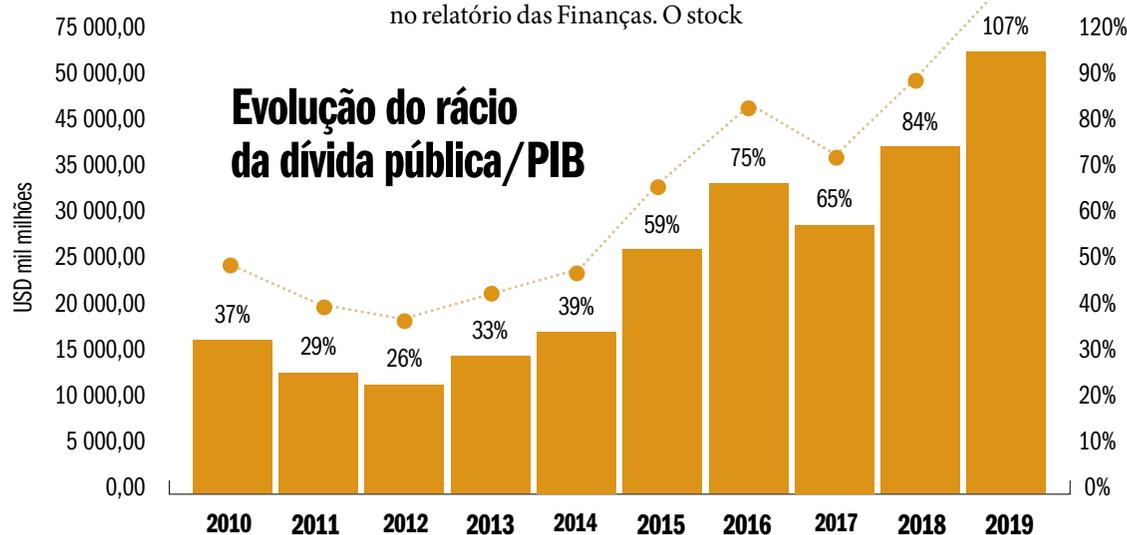
Segundo cálculos do VALOR, baseando-se em decretos e despachos presidenciais, o Presidente João Lourenço aprovou ainda, ao longo de 2019, o recurso ao financiamento externo no valor de cerca de 3.861,6 milhões de dólares. Da análise feita, verifica-se a existência de projectos que, na visão de analistas, poderiam ser cancela-

O stock da dívida pública de Angola em 2019 aumentou, em termos nominais, 48,7%, passando de 23 para 34,3 biliões de kwanzas, o equivalente a 71,9 mil milhões de dólares de acordo com o relatório de execução publicado pelo Ministério das Finanças.

Com o referido aumento, o rácio da dívida sobre o PIB passa de 84% para 107%, depois de já ter saído de 65% para 84% entre 2017 e 2018.

Segundo o documento das Finanças, a dívida externa é a que mais concorreu para o incremento com uma variação, em termos nominais, de 63% ou mais cerca de seis biliões de kwanzas, equivalente a 12,6 mil milhões de dólares. O stock desta dívida está agora fixado em 21,3 biliões de kwanzas, equivalente a 44,8 mil milhões de dólares.

A emissão, em Novembro, de eurobonds no valor de três mil



ao passar de 2,2 mil milhões para 92,5 mil milhões de kwanzas como resultado “da aquisição de seis novas aeronaves para voos internos”. Este financiamento, de resto, também faz parte daqueles que dividiu opinião sobre a sua viabilidade económica, sobretudo por a transportadora constar da lista de empresas a serem privatizadas.

ALVES DA ROCHA: “TUDO DEPENDE DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO”

O economista Alves da Rocha entende que a viabilidade da dívida depende das condições de contratação. Ou seja “a forma, o tempo e o modo em que a mesma foi adquirida”. No fundo, “condições como as taxas de juros e onde ela vai ser aplicada”.

“Se uma empresa contrair dívida para pagar salários, comprar veículos e adquirir fins de consumo supérfluos, certamente que não faz um ano. Seguramente, quando um governo contrai dívida para comprar veículos para ministros ou deputados, ou ainda para construir edifícios de utilidade duvidosa ou remota a dívida pública é altamente prejudicial”, explica.

Para o professor da Universidade Católica, “a única forma que o Estado tem de pagar a dívida

publica é fomentando e garantindo a criação de emprego” já que as receitas derivam dos impostos. “É por isso que cada um de nós, cidadãos angolanos, tem o direito de questionar ao Governo onde é que vai a dívida pública.”

DESPESAS VERSOS RECEITAS

No documento que se “insere nas iniciativas do Executivo para o reforço da transparência a que estão obrigados todos os responsáveis incumbidos da gestão dos recursos públicos”, as Finanças dão conta que, em 2019, as receitas totais apresentaram um aumento de 1%, em termos reais (17,6% em termos nominais), comparativamente a 2018. Passou de 5,6 para 6,6 biliões de kwanzas.

“Entretanto, desconsiderando a arrecadação petrolífera, que apresentou queda real de 5,3% (10,0% nominal), as receitas de financiamento e de juros, a receita primária não petrolífera registou um aumento real de 11,9% (30,7%, nominal)”, lê-se no documento que dá conta ainda que “o aumento da receita primária não petrolífera resultou da implementação do processo de consolidação fiscal”. Já a despesa total registou um aumento de 0,6% em termos reais e 16,6% em termos nominais ao passar de 5,1 para seis biliões de kwanzas.

SINDICATO UNTA “CENTENAS DE QUEIXAS”

Falta de condições de biossegurança e atrasos salariais

EMPREGO. Queixas no estado de calamidade continuam a ser as mesmas registadas quando vigorou o estado de emergência. Números ultrapassam as centenas, garante central sindical.

Por Isabel Dinis

A

carência de condições de biossegurança e atrasos nos pagamentos dos salários são as principais queixas de trabalha-

dores registadas durante o estado de emergência que vigorou no país por quase dois meses, segundo a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos – Confederação Sindical (Unta – CS), que inclui também, entre as reclamações, as ameaças de redução de pessoal.

Manuel Viage, secretário-geral da Unta – CS, nota, em declarações ao VALOR, que as queixas persistem agora no estado de calamidade pública que já dura há quase um mês, destacando o caso da capital. “Em Luanda, onde está concentrada a maioria dos trabalhadores e empresas, não há grandes diferenças entre o estado de calamidade e o de emergência. Havia, no início, uma reclamação sobre a polícia e a sua intervenção. Fora isso, não há grandes diferenças”, explica.

Sem precisar o número de queixas ao longo do estado de emergência, o sindicalista calcula que tenham sido às centenas, sublinhando que o “quadro de precariedade laboral apenas piorou”.

Mais 75% dos casos resolvidos

Dados divulgados pela Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) referem que desde o mês de Abril, a instituição recebeu 5.226 processos de várias empresas com intenção de despedir e suspender os trabalhadores. Segundo dados tornados público, recentemente, pelo inspector-geral do Trabalho, Jacinto Domingos, cerca de 75% dos casos que chegam para mediação são resolvidos. E que dos 3.416 casos que visavam a suspensão e 1.810 de despedimento, num universo de 56 empresas.

Sobre a fiscalização do trabalho, o secretário-geral da Unta pede “maior acutilância” por parte dos inspectores e uma intervenção institucional “mais contundente” da Inspeção-Geral do Trabalho (IGT). “A inspeção não está a atuar as empresas que não observam as questões que já referimos. Os inspectores, apesar de serem também trabalhadores, estão numa situação espinhosa para irem atrás das denúncias que os sindicatos colocam. Muitas vezes, há uma ausência e abstenção dos inspectores em fiscalizarem e imporem a legalidade”, aponta.

FALTA DE PAGAMENTOS NA IGT

A falta de pagamentos de salários também consta das denúncias mais frequentes que a IGT recebeu durante o estado de emergência. Segundo o inspector Raul Nicolau, na linha de atendimento deste órgão, as empresas mais visa-

das foram as privadas.

O incumprimento de horários e a violação dos limites da força de trabalho, ao longo do estado de emergência, fizeram parte também das denúncias que chegaram à IGT. Ao VALOR, a Inspeção recusou-se, no entanto, a precisar os dados.

Tanto a Unta – CS como a IGT não receberam qualquer denúncia de incumprimento de trabalhadores que ficaram isentos de frequentar os locais de trabalho, contrariamente às queixas que circulam nas redes sociais. “As empresas cumpriram e cumprem a cláusula de que as gestantes, doentes crónicos e mulheres com filhos de até 12 anos têm de ser dispensados”, garante Raul Nicolau.

O VALOR sabe, no entanto, que as restrições no trabalho quanto aos considerados grupos de risco não foram cumpridas na totalidade, incluindo por empresas de comunicação social.

Projectos que levaram o governo ao mercado externo

- 1 - Aquisição de equipamentos para as FAA: 600 000 000 USD
- 2 - Programa de produtividade agrícola para a África Austral: 25 000 000 USD
- 3 - Obras Base Naval do Soyo: 282 886 000 USD
- 4 - Crescimento sustentável e promoção da inclusão social: 500 000 000 USD
- 5 - Projecto de desenvol. integrado de Samba Caju: 73 655 491 + 12 150 150 USD
- 6 - Concepção e construção Hospital Oftalmológico de Luanda: 150 000 000 USD
- 7 - Fortalecimento do sistema nacional de protecção social: 320 000 000 USD
- 8 - Electrificação municípios do K. Norte: 100 223 000 USD + 12 632 700 USD
- 9 - Desenvolvimento integrado da Baía do Namibe: 600 000 000 USD
- 10 - Down Payment projecto integrado de desenvolvimento da Baía do Namibe: 100 000 000 USD
- 11 - Construção central fotovoltaica: 580 000 000 USD
- 12 - Cobertura de despesas de implementação de Laúca: 100 000 000 USD
- 13 - Cobertura de despesas incorridas com a implementação de Laúca: 400 000 000 USD
- 14 - Reformulação do Nó de ligação entre a Samba e a Avenida Pedro de Castro: 18 000 000 + 32 500 000 USD
- 15 - Revitalização dos eixos viários de Luanda, ruas de Luanda: 75 659 598 USD
- 16 - Construção de cinco escolas de 24 salas e pagamento de prémio de seguro de garantia de crédito a exportação: 43 966 973 USD
- 17 - Projecto de estabilização macroeconómica e financiamento de política de desenvolvimento inclusivo e diversificação económica: 200 000 000 USD
- 18 - Projecto de aperfeiçoamento dos sistemas regionais de vigilância de doenças na África Centra: 60 000 000 USD

Mercados & Negócios

FUNDOS DE AQUISIÇÃO DA EFACEC SOB INQUÉRITO

Isabel dos Santos afirma que Banco de Portugal aprovou operação

INVESTIGAÇÕES. Negócio de compra da portuguesa Efacec é alvo de inquéritos-crimes por suspeita de branqueamento de capitais. Imprensa portuguesa reporta confisco de mais de 300 milhões de euros e Isabel dos Santos reafirma que operação foi “transparente”.

Por César Silveira

A empresária Isabel dos Santos reafirma, em comunicado, que o Banco de Portugal verificou e aprovou, em 2015, a operação de aquisição da Efacec, negócio que tem sido agora alvo de investigação por parte das autoridades portuguesas com a justificação de suspeitas de branqueamento de capitais.

Em reacção às notícias que reportam as investigações do Ministério Público português, a empresária lembra que, “a 13 de Novembro de 2015, o Banco de Portugal elaborou e emitiu uma nota fiscal sobre resultado do inquérito ao investimento realizado” e, “conforme o registo oficial, afirmou que não encontrou qualquer irregularidade, não houve qualquer branqueamento de capitais e considerou que o investimento foi feito com transparência, confirmando a regularidade de toda a operação”.

No parecer elaborado na altura, acrescenta Isabel dos Santos, o Banco de Portugal sublinha que



“a actuação da generalidade dos bancos intervenientes na operação é aceitável em termos de prevenção de branqueamento de capitais e terrorismo na medida em que procederam à execução dos deveres de identificação e diligência reforçada no que respeita às pessoas singulares colectivas intervenientes, assim como fluxos financeiros da mesma”.

O regulador português dá ainda conta que “os capitais próprios aportados à operação ascenderam a apenas 35 milhões de euros (os restantes 160 milhões de euros resultaram de financiamentos, dos quais 135 milhões de euros foram obtidos junto de bancos nacionais, tendo sido realizado por Isabel dos

16

Porcento, participação da Ende na empresa detentora de mais de 66% da Efacec

Santos. A sua origem resultou de recebimento de dividendos da Unitel referentes ao exercício de 2011 e distribuídos em 2014”.

O Banco de Portugal apresentou, no entanto, reserva em relação à entrada da Ende na estrutura

accionista da Winterfell, detentora de 66,07% da Efacec. “Apesar de os contratos de financiamento referirem que a Ende detém uma participação de 40% na Winterfell Industries, adquirida à Niara Holding por 40 milhões de euros, não foram apresentados quaisquer documentos comprovativos do efectivo pagamento ou do respectivo registo de aquisição”, lê-se nas conclusões do Banco de Portugal. Acrescenta que “foi apenas remetido o contrato de compra e venda de acções” e que, “para fazer face ao investimento, houve a necessidade, por parte da Winterfell Industries, de contrair um financiamento no valor de 40 milhões de euros”.

Em Agosto de 2018, Isabel dos Santos explicou esta situação ao VALOR, sublinhando que, “para a aquisição do negócio, cada sócio deveria colocar a sua parte e pagar as suas acções. Era então suposto que a Ende, pelos 40% do capital da Winterfell, pagasse 40 milhões de euros. Mas isso não aconteceu. Pagou apenas 16 milhões de euros”, explicou, na altura, precisando ter sido ela que teve de avançar o restante do dinheiro para que a Ende entrasse no negócio e titularasse acções.

EMPRESÁRIA PROMETE EXIGIR RESPONSABILIDADE

Isabel dos Santos, como explica em comunicado, decidiu vender a sua participação em defesa da reputação da empresa na sequência do Luanda Leaks. “Apesar de ser completamente inocente dos ataques que me fazem, decidi sair para a defesa da própria reputação da Efacec. Por muito que me custe olhar para o que pode ser o desmembramento da Efacec, estou totalmente impossibilitada de poder ajudar por me ver arrastada para um amontoado de processos judiciais repletos de falsidade e assentes em documentos falsos.” No comunicado, a empresária promete “exigir responsabilidades a todos aqueles que permitiram tamanha injustiça” quando “a verdade for reposta”.

CONFISCADOS 300 MILHÕES

Segundo reporta a imprensa lusa, o Ministério Público português está a investigar a empresária por suspeita de branqueamento de capitais e fraude fiscal na operação de aquisição da Efacec. No centro deste inquérito, estarão suspeitas sobre a origem do dinheiro usado pela empresária no negócio: por um lado, os 65 milhões de euros provenientes de Angola utilizados na compra da Efacec e, por outro, a origem dos fundos usados no pagamento aos bancos portugueses do reembolso dos créditos concedidos para a compra da empresa no valor de 160 milhões de euros.

No âmbito das investigações, segundo ainda a imprensa portuguesa, várias operações de buscas foram realizadas em residências, viaturas de luxo e escritórios de empresas de Isabel dos Santos e dos seus colaboradores próximos em Portugal. A imprensa dá conta que o Ministério Público luso terá confiscado mais de 300 milhões de dólares que acredita pertencerem a Isabel dos Santos.

Manuel Sungula, presidente da AIBA



À ESPERA DE MEDIAÇÃO

AIBA dividida por causa dos preços indexados ao dólar

A Associação das Indústrias de Bebidas (Aiba) está dividida pelo facto de os produtores de bebidas discordarem dos preços 100% dolarizados, praticados pelos fornecedores de produtos como rótulos, caricas, latas e caixas de cartão.

As duas indústrias fazem parte da associação, pelo que esperam que seja esta a resolver o diferendo, de acordo com depoimentos de diferentes executivos do sector.

“A AIBA conta com associados das indústrias de packing, industriais que investiram e reclamaram anos e anos para que se deixasse de importar e se comprasse localmente. Nada contra, faz todo o sentido, mas hoje, que estão sozinhas, decidiram dolarizar a 100% a tabela de preços”, reclamou o executivo sénior de uma das fabricas de bebidas, considerando tratar-se de um tema “grave, sensível e que as instituições competentes devem olhar e intervir”.

“Com que legitimidade se dolariza em 100% a tabela de preços de materiais e embalagem? A energia está dolarizada? Os salários estão dolarizados? As amortizações de equipamentos instalados há muito tempo

estão dolarizados?”, questiona o responsável de uma outra fábrica de bebidas. “A crise está para todos. É nacional e mundial e não é passageira. Temos de partilhar as dores em conjunto e não repassar tudo para quem produz e tirar proveito de uma situação vantajosa criada pelo Estado com finalidade de empregos e produção nacional e não de monopólio e situações de abuso de posição dominante”, acrescenta.

Esses executivos preferiram falar de forma não oficial sobre o assunto por entenderem que deve ser a Aiba a “dar uma explicação, visto que estas empresas também são membros da associação”. O mesmo argumento foi apresentado pelos responsáveis de algumas empresas fornecedoras.

No entanto, um executivo da GraphicSystems justificou a indexação dos preços ao dólar com a necessidade de importação de toda a matéria-prima. “O que [é que] nós podemos fazer se importamos quase toda a matéria-prima?”, retorquiu por telefone.

Diversas fontes garantiram que o tema está no topo das prioridades da direcção da Aiba, liderada por Manuel Sumbula, do Grupo Castel. Sumbula, entretanto, evitou falar sobre o tema, apesar de várias tentativas de solicitar a sua secretária a ligar para saber sobre o tema a abordar e prometer retomar a chamada.

DE ACORDO COM OS DADOS DA ANEMP

Facturação das empresas de desinfestação cresce 50%

SERVIÇOS. Aumento das receitas é justificado com a elevada procura por serviços de higienização, face às medidas de contenção da pandemia. Empresas ligadas à manutenção predial não têm contado com a mesma sorte.

Por Antunes Zongo

A pandemia da covid-19, responsável pela estagnação da económica mundial, melhorou a facturação das pequenas e médias empresas de desinfestação, ligadas à Associação Nacional das Empresas de Manutenção Predial (Anemp), segundo o presidente da entidade.

Ao VALOR, Francisco Chaves calcula que, no global, a facturação desse período da pandemia, em comparação a igual período do ano anterior, pode estar acima dos 50% e justifica o facto com a “necessidade fundamental” de higienização das instituições públicas e empresas, como medida de combate e prevenção contra a pandemia.

Entre o leque de empresas a facturar mais com a covid-19, as de tratamento de água são as que se

destacam. Francisco Chaves afirma compreender que o coronavírus se tornou num “empecilho económico” para o mundo, mas refere que, para as pequenas companhias associadas, a pandemia está a ser vista como uma oportunidade.

“Há dias, estávamos a fazer um relatório de uma empresa e a facturação foi tremenda”, exemplifica, incentivando os associados a continuarem a diversificar o ‘core business’, recordando que as empresas “viveram imensas dificuldades” quando operavam num único ramo.

Mas o presente balanço positivo da Anemp tem simplesmente

MEMORIZE

- **Fundada em 2015**, a Associação das Empresas de Manutenção Predial registou um crescimento de 325% no número de associados, passando de 47 para duzentas empresas de manutenção e gestão imobiliária.

que ver com o segmento da desinfestação, sendo que os operadores do ramo da manutenção predial registaram níveis de facturação mais baixos.

Uma das razões do baixo encaixe, explica Chaves, está associada à pandemia que acabou por forçar o Governo a suspender a rotina de pagamento mensal da dívida que tem com as empresas. Apesar disso, tranquiliza os quadros das empresas associadas, sublinhando não haver risco de despedimentos, nem de encerramento de portas.

Na perspectiva do responsável da Anemp, o coronavírus não representa o mesmo perigo que representou parte das mudanças implementadas desde 2017, que levaram à rescisão de diversos contratos que as pequenas empresas tinham com as diferentes instituições públicas.

Por exemplo, as empresas que tratavam da manutenção do Palácio Presidencial, da clínica Girasol e de tantas outras são associadas da Anemp e viram-se preteridas a favor de outras.

“Para nós, aquela é que foi uma crise brutal, os despedimentos não foram de cerca de 100 trabalhadores, foram de cerca de mil colaboradores”, recorda Francisco Chaves.

A Anemp foi constituída em 2015, tendo iniciado a operar com 47 associados. Actualmente controla 200 empresas de manutenção e gestão imobiliária, bem como dois mil técnicos de diversas áreas. A associação tem procurado levar o Governo a determinar, num diploma legal, que a manutenção das instituições públicas seja tratada pelas empresas associadas, “de modo a organizar-se o mercado”.



DEJURE



José de Lima Massano, governador do BNA

BNA DIZ SER DECISIVO PARA AGENTES ECONÓMICOS

Sistema de Pagamento tem lei aprovada

TECNOLOGIAS. Enquanto responsável, BNA submeteu proposta de revisão da lei que regula o sistema de pagamento, tendo em conta que a actual já não responde à exigência em termos de segurança, transparência e fiabilidade internacional.

Por Redacção

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, defende que os sistemas de pagamento são decisivos para agentes económicos, nomeadamente consumidores, empresas, bancos, entidades estatais, para que possam desenvolver as actividades com confiança.

Massano, que falava após a aprovação, na generalidade, por unanimidade, da proposta de Lei de Bases do Sistema de Pagamento, frisou que, nos últimos 15 anos, se têm verificado desenvolvimentos significativos no sistema de pagamento no concernente ao volume de pagamento e a nível internacional, em termos de progressos de sistemas informáticos.

De acordo com o governador do BNA, neste período, assistiu-se

a uma incontornável e contínua dinâmica de inovação no sistema de pagamento que pode trazer muitas vantagens, bem como minimizar os riscos para a sociedade.

Por isso, considerando que a actual lei já não responde à exigência de um sistema de pagamento, em termos de segurança, transparência e fiabilidade internacional, o BNA, enquanto responsável pelo funcionamento e gestão desse sistema, submeteu ao Parlamento a proposta de revisão da lei que regula o sistema de pagamento em Angola.

Para José de Lima Massano, o diploma aprovado tem em consideração as melhores práticas de sistemas de pagamento dos países que compõem a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), contando com os contributos do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Das alterações a destacar está a introdução de regras detalhadas aplicáveis aos prestadores de

MEMORIZE

● **Lei em vigor** existe desde 2005 e, segundo Lima Massano, nos últimos quinze anos assistiu-se a mudanças significativas no sistema de pagamento e a nível internacional em termos de progressos de sistemas informáticos.

serviços de pagamento, designadamente o acesso e as condições gerais de actividade.

Outros elementos que constituem novidades no diploma são os requisitos de autorização de registo de sociedades portadoras de serviços de pagamento, de modo a garantir a sua idoneidade e exercer adequadamente a sua actividade.

O número um do BNA anunciou também a criação de uma comissão técnica para o desenvolvimento do sistema de pagamento,

a ser presidida pelo banco central e integrada por representantes dos intervenientes no processo.

Com o novo documento pretende-se dotar o Sistema de Pagamento de Angola de uma base legal tecnicamente avançada, que proporcione elevados níveis de segurança, transparência e robustez de acordo com as boas práticas internacionais, bem como ajustar a regulamentação actualmente em vigor.

O diploma estabelece mais um passo no reforço da estabilidade e aperfeiçoamento do sistema de pagamento, designadamente no exercício do cumprimento dos objectivos de interesse público e para o Sistema de Pagamento de Angola, segundo o proponente.

O crescimento do sistema de pagamento e a sua importância para o desenvolvimento económico do país impõem o reforço da regulamentação, cujo objecto fundamental consiste no reforço da solidez e redução das vulnerabilidades em prol da sustentabilidade do sistema financeiro.

AO PARLAMENTO

Casa-CE apresenta recurso

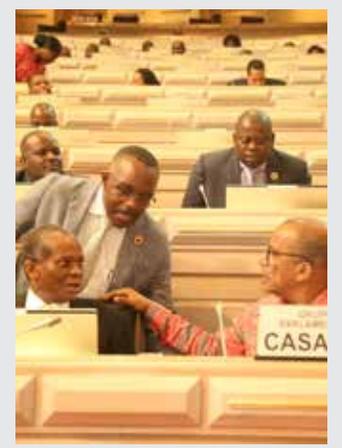
A Casa-CE deve apresentar amanhã, terça-feira (23) uma reclamação ao presidente da Assembleia Nacional, para a reavaliação da decisão sobre a distribuição do tempo de intervenção do grupo parlamentar e dos oito deputados desintegrados.

Em declarações ao Jornal de Angola, o líder do grupo parlamentar da coligação, Alexandre Sebastião André, explicou que, caso a decisão da Assembleia Nacional não seja favorável, o grupo parlamentar se reserva o direito de recorrer junto dos órgãos competentes, designadamente ao Tribunal Constitucional.

Na semana passada, a Assembleia Nacional decidiu repartir pela metade o tempo de grelha da Casa-CE com os oito deputados desagregados. Foram concedidos 11 minutos de tempo tanto para as intervenções da coligação como para o grupo de oito parlamentares dissidentes.

Os presidentes dos grupos parlamentares da oposição, na sequência da decisão, defenderam a revisão pontual do Regimento Interno da Assembleia Nacional, no sentido de se encontrarem soluções mais equilibradas para situações de conflito.

O Parlamento deve também decidir sobre a atribuição do dinheiro para a assessoria.



15
anos

CELEBRAMOS
JUNTOS



LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



Maio é um mês especial e de muitas celebrações importantes. É o mês de África, da Fraternidade, da Juventude, do Trabalhador e da Matemática.

A 26 de Maio de 2005 nasceu o Banco BIC. 15 Anos depois, somos um banco jovem, erguido com empenho, trabalho e a confiança dos nossos clientes. Somos uma família grande composta por 2084 colaboradores.

Crescemos muito...

Crescemos JUNTOS.



BancoBIC

(In)formalizando



Receio de contaminação diminui vendas

SEGUNDO VENDEDORES AMBULANTES

Venda nas ruas de Luanda em baixa

COMÉRCIO. Quebra na procura de produtos diversos é justificada, sobretudo, por receios de contaminação. Há, no entanto, quem se safe com limões e máscaras.

Por Guilherme Francisco

MEMORIZE

- **Vendedores ambulantes registam redução nas vendas desde Março, altura da entrada em vigo do estado de emergência e continuam sem recuperar o ritmo anterior.**

A compra de produtos diversos nas ruas de Luanda “reduziu consideravelmente”, segundo vendedores ambulantes que operam na avenida Deolinda Rodrigues e em algumas zonas periféricas de Luanda, justificando a situação com a pandemia. Agora com mais dias permitidos para a venda, Joaquim Teixeira, de 30 anos, explica que muitos utentes da via pública, particularmente os automobilistas, preferem não comprar com medo de contrair o vírus, embora estejam a cumprir com as medidas de segu-

rança. “Nestes dias, quase não tem havido clientes, os motoristas não aceitam comprar porque acham que o produto está contaminado. Nós procuramos desinfetar o produto, usamos máscara e luvas”, explica o jovem vendedor de calçados na avenida Deolinda Rodrigues. Segundo calcula, nestes dias vende, até um máximo de dois pares de calçados, número que considera “bastante ínfimo”, se comparado ao período anterior à pandemia,

em que chegava a comercializar mais de 10 pares por dia.

Igualmente, Sebastião Ndongala, vendedor de cintos e repelentes, depara-se com as baixas vendas, agravadas pela “corrida” dos fiscais, o que o leva a pensar na mudança de negócio, decisão que outra jovem ambulante, Antónia Jacinto, entretanto, já tomou. Antónia decidiu passar a vender limão, um dos produtos, garante, “bastante comprado” na via pública pela importância na prevenção contra a covid-19. Apesar da pressão da fiscalização, a jovem diz-se animada a permanecer no novo negócio.

Quem também optou por trocar de negócio é o jovem Afonso Dala. Dedicado anteriormente à venda de electrodomésticos, virou-se para as máscaras artesanais por se tratar de um produto “muito procurado nesta fase”.

PESCA ARTESANAL NA BAÍA FARTA

Capturas recuam 91%

Pescadores artesanais ligados à Associação dos Pescadores Artesanais da Baía Farta, em Benguela, registam uma queda de 91% na captura do pescado, segundo o seu responsável, Bernardo Kalianguila.

Até 2017, os operadores, na sua maioria informais, capturavam pouco mais de 300 toneladas por mês, tendo, nos últimos tempos, o pescado recuado para 25 toneladas por mês.

Bernardo Kalianguila justifica o facto com as mudanças climáticas, “alguma má” gestão dos recursos marinhos, bem como a existência de armadores semi-industriais que violam as regras do pescado, o que os obriga a operar para lá das duas milhas.

Kalianguila queixa-se da “inércia” da capitania e de outras autoridades marítimas que, como afirma, “nada fazem, apesar das constantes queixas”.

A ausência de uma loja de equipamentos de pesca na região consta também das causas da queda do pescado, já que se vêem obrigados a adquirir o material no mercado informal a preços que consideram “muito altos”.

Para contornar a situação, Kalianguila sugere a construção ou o apetrechamento da loja já existente, mas que continua encerrada, defendendo ser “um paradoxo” que o município da Baía Farta, conhecido “como rico em peixe, não possua uma única loja” de venda de material de pesca. As necessidades vão desde os motores de navegação

às redes (malhadeiras), passando pelos anzóis, bóias, câmaras frigoríficas para a conservação do pescado, bússolas e GPS.

A Baía Farta conta com cerca de 10 cooperativas de pescadores artesanais que controlam aproximadamente 1.500 pescadores e 600 embarcações. Os operadores, segundo o responsável da associação, enfrentam “muitas dificuldades” para exercer a actividade, dado que boa parte não possui bilhete de identidade, nem licença das embarcações.

BIBALA TEM NOVO MERCADO

O município da Bibala, no Namibe, conta com um novo mercado com 80 bancadas. Situado na localidade de Tchipanda, o mercado tem instalado um reservatório de água com capacidade de 10 mil litros por dia e um gerador para o fornecimento de energia eléctrica.

À imprensa, o director municipal dos assuntos económicos e desenvolvimento integrado, Bonifácio João, apelou aos comerciantes para cumprirem com as regras de prevenção contra a covid-19, como a lavagem das mãos com água e sabão e a desinfecção com álcool gel, bem como o uso obrigatório da máscara.

As medidas, refere Bonifácio João, devem ser copiosamente seguidas pelos clientes. “Temos uma infra-estrutura com todas as condições exigidas pelos ministérios da Saúde e da Indústria e Comércio em termos de maior segurança de higienização, e é bom que todos dêem o exemplo”, sublinhou.



Que sector mais sofre com a pandemia?

PERDAS. Se há companhias como a Amazon e o Zoom que beneficiaram claramente com o confinamento devido ao Covid19, a maior parte dos sectores económicos estão a viver a pior crise económica da sua história. Conheça os mais sofridos.

TODOS OS SECTORES QUE DEPENDEM DE AGLOMERAÇÕES

As companhias de aeronáutica, as de aviação e as de produção como a Boeing e a Airbus, são o exemplo paradigmático e a recessão no sector pode ter efeitos sem fim à vista porque o número de clientes vai sempre depender de um nível de confiança, que foi arrasado pela pandemia. Abril registou perto de 280 mil voos, um decréscimo de mais de 60% face ao ano anterior que viu voar mais de 733 mil aviões. Nos EUA o tráfego aéreo diminuiu 80%, e a IATA, que representa 290 companhias de aviação de todo o mundo, estima perdas de 314 mil milhões de USD no sector.

RESTAURAÇÃO, TURISMO, COMÉRCIO

Com mais de 90 países em confinamento obrigatório, metade do mundo em casa, restauração, comércio e o turismo que poderá gerar 100 milhões de desempregados e 450 mil milhões de USD perdidos, são os sofredores óbvios da pandemia. Mas com eles sofrem todas as cadeias de produção que os alimentam. A Coca-cola, que tinha aumentado os ganhos até fevereiro, viu desaparecer 25% do volume de vendas entre Março e Abril. Apesar de algumas flutuações com mercados mais sólidos a fazerem stockagem, já se prepara para mais instabilidade à medida que a pandemia causou interrupções de fornecimento e diferentes perturbações à sua cadeia de fornecedores e de escoamento.

OS GRANDES INDUSTRIAIS

O sector industrial tem sofrido com a queda acentuada na procura e, a montante, com a queda do fornecimento. A nova realidade pandémica não contemplou fábricas em que os trabalhadores estão próximos e o novo distanciamento social imposto pelas normas de saúde obriga a alterações profundas em linhas de produção física concebidas sem estas preocupações. E alterações desta ordem

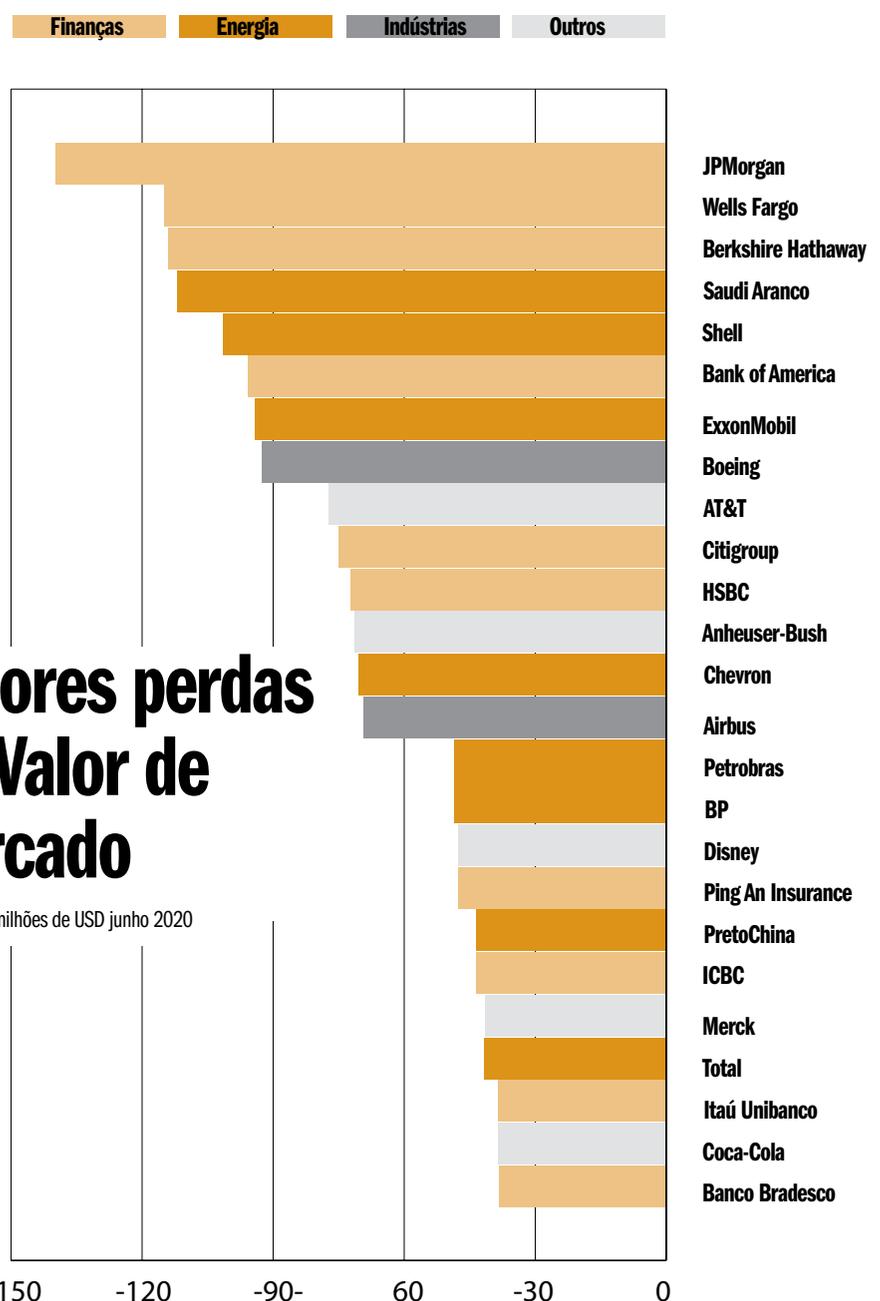
são muito onerosas sendo que implicam períodos de espera por novas soluções tecnológicas e outro tanto de adaptação. A título de exemplo as perdas da indústria automóvel americana e europeia estimam-se nos 15 mil milhões de USD.

PETRÓLEO E GÁS

A demanda caiu a pique, com metade da humanidade em casa a transportação e consumo diminuíram mais, e, numa altura em que a OPEP já impunha cortes para tentar subir o preço do barril que rondava os 70 USD, o Covid19 entrou em cena. Em Maio o barril chegou a custar mais do que o petróleo que transportava e o outrora ouro negro atingiu preços negativos. Mesmo gigantes como a Saudi Aramco ou a Shell continuam a sofrer com o Brent a rondar os 40 USD, 40% menos do que tocava em Janeiro. Muitos pequenos produtores faliram, as 12 maiores companhias perderam 53,5 mil milhões de USD e algumas estimativas apontam para 2020 registar perdas de mais de um bilião de USD no sector.

BANCA E FINANÇAS

Bancos, seguradoras e gestoras de finanças afins todas sofrem com a abrupta retracção do consumo e com o sentimento pessimista generalizado devido à perda de emprego global, à severa recessão económica e ao crédito mal-parado que se antecipa gigante até ao fim deste ano. Mesmo monstros da banca mundial como o JPMorgan e o Bank of America já registam perdas de um quarto do seu valor e ainda vamos a meio do ano. E o terror não é menor nos principais mercados financeiros que em Março chegaram perto dos níveis de hecatombe registados em 2008 com 26 biliões de dólares a desaparecerem num piscar de olhos. O pior foi evitado com estímulo económico de dois biliões de USD aprovados pelo senado para acudir a economia norte-americana e pela mesma tendência de investimento forte concertada com os bancos centrais inglês e europeu.



18 das 25 maiores perdas são do sector financeiro e energético

Opiniões

A Agenda de Integridade



Pedro Subtil,
Partner EY,
Forensics & Integrity
Services



A integridade é a característica que permite a uma empresa ter a confiança do mercado, sendo esta cada vez mais vista por colaboradores, clientes e terceiros como um indicador de sucesso e sustentabilidade. Por outro lado, com o aumento de exigência imposta pelos reguladores e o montante de perdas associado à fraude e à corrupção estimado em quatro triliões de dólares, o investimento que conduza a uma cultura íntegra pode ter um impacto muito positivo.

O impacto que a integridade terá nas empresas não se prende apenas com os resultados financeiros ou com a relação com os reguladores. Actualmente, o risco de as empresas verem a sua reputação danificada é cada vez maior, devido ao acesso e à partilha de informação. Uma vez que a geração mais jovem dá mais valor ao propósito e ao impacto social que a sua carreira profissional terá do que as gerações anteriores, empresas que se vejam envolvidas em escândalos de corrupção, fraude ou outros crimes podem ter dificuldade em recrutar e reter talento, o que pode comprometer o seu futuro.

Muitas empresas começaram já a investir no sentido de se tornarem mais íntegras, mas sentem muitas dificuldades em pôr em prática o que são os seus ideais. De forma a dar resposta às dificuldades sentidas pelas empresas e de minimizar a exposição aos riscos, a EY desenvolveu a Agenda da Integridade. A implementação desta metodologia, apoiada em quatro pilares – *Governance*, Cultura, Controlos e *Data-based insights* – permitirá

às empresas colocar os seus princípios de integridade em prática e incorporá-los na organização.

Governance refere-se à estrutura de integridade e ética, bem como às políticas que definem os princípios pelos quais os membros da empresa se devem reger. A administração da empresa assume um papel preponderante nesta área, porque são as suas palavras e acções que orientam o comportamento dos restantes colaboradores. As organizações com uma cultura íntegra aplicam as mesmas regras a todos os colaboradores e não implementam políticas que possam incentivar comportamentos anti-éticos.

A Agenda de Integridade propõe um modelo de três linhas de defesa, que versa sobre a administração, o *compliance* e a auditoria interna. Este modelo ajuda a definir papéis e a atribuir responsabilidades. A administração deve ser responsável por gerir e controlar o risco. O *compliance* deve avaliar e controlar a aplicação dos princípios de integridade e a auditoria deve providenciar uma análise independente à administração, que conclua acerca da efectividade da gestão de risco e protocolos de controlo.

A metodologia desenvolvida pela EY incentiva ainda a administração a considerar os riscos

legais e éticos associados ao seu modelo e estratégia de negócio. Os riscos podem surgir da aquisição de empresas, da relação com empresas ou fornecedores ou mesmo da expansão para outro país.

A cultura é o segundo pilar da Agenda de Integridade e foca-se no desenvolvimento de uma cultura que assegure o sucesso a longo prazo da empresa. Estudos mostram que a fraude não é um acto espontâneo ou consciente, mas sim uma acção que nasce de uma pequena infracção e que vai crescendo. A nossa experiência em casos de corrupção e fraude corrobora estas observações.

De forma a prevenir a ocorrência desses crimes, a empresa deve concentrar-se em criar um ambiente que promova a integridade e ética. O incentivo à comunicação transparente entre colaboradores e a administração, caracterizada por uma cultura de partilha livre de repercussões e de interesse genuíno pelas opiniões de cada colaborador, é fundamental para diminuir o risco de fraude e corrupção. Uma forma de tornar a comunicação mais transparente é a criação de canais de denúncia, através dos quais as pessoas possam denunciar actos fraudulentos de forma anónima e segura.

Os controlos são os mecanismos que incorporam a integridade

nas operações diárias da empresa e a defendem de diversos riscos. A adopção da Agenda de Integridade neste campo implica uma série de intervenções. A primeira prende-se com o desenvolvimento de sistemas que acompanhem e implementem as novas regulações do sector. A segunda está relacionada com processos de diligência conduzidos a terceiros e a última com sistemas que assegurem que a empresa pode confiar nos seus fornecedores e parceiros.

A tecnologia pode melhorar os controlos da empresa através da criação de um sistema que não permita prosseguir com o processo sem que o último passo tenha sido revisto e aprovado. No entanto, é importante a empresa assegurar que este processo é ágil, sob pena de frustrar os colaboradores. Este sentimento pode levar à adopção de comportamentos antiéticos, deturpando o objectivo por detrás da implementação deste controlo. Apesar de a tecnologia ajudar a tornar os controlos mais eficazes, a empresa não deve confiar cegamente nestes sistemas, dado que, com o tempo, alguns colaboradores podem arranjar forma de os contornar.

O último pilar da Agenda de Integridade diz respeito a *Data-based insights* e debruça-se sobre a potencialidade da análise de dados

para fornecer informação acerca dos riscos a que a empresa está exposta. Muitas empresas apostam já em actividades que possam levar à diminuição do risco de ocorrência de fraude ou corrupção. Contudo, poucas analisam o impacto deste tipo de iniciativas no comportamento dos seus colaboradores, pelo que não conseguem avaliar se o investimento tem um efeito positivo na cultura da empresa.

A Agenda de Integridade sugere que as empresas comecem a definir parâmetros que lhes permitam avaliar o impacto das iniciativas. Por outro lado, as entidades devem apostar no desenvolvimento de programas de *compliance* apoiados na análise de dados, que sejam desenhados com base no entendimento do contexto de negócio e dos riscos associados e ainda na forma como estes riscos se traduzem nos dados. Estas duas medidas podem revelar-se essenciais na criação de perfis de risco e na escolha de iniciativas que promovam a integridade.

Em suma, a integridade é uma característica fundamental para uma empresa, já que está associada a melhores resultados financeiros, crescimento e retenção de talento. No entanto, a manutenção é cada vez mais difícil, visto que a era digital e a globalização aumentam a exposição a fontes de risco. Embora as empresas tenham começado a investir para tornar as organizações mais resilientes, muitas sentem dificuldades em pôr em prática os ideais e a incorporar os princípios na organização.

Com vista a responder a estas dificuldades e a apoiar as empresas a tornarem-se mais íntegras, a EY desenvolveu a Agenda de Integridade. Esta metodologia que se apoia em quatro pilares – *Governance*, Cultura, Controlos e *Data-based insights* – permitirá às empresas criar uma estrutura de *governance* íntegra a partir do modelo de três linhas de defesa, fomentar uma cultura de transparência, desenhar controlos que incorporem a integridade nas suas operações e identificar e monitorizar os principais riscos a que estão expostas.

“Garantir que as PME do continente tenham acesso ao capital e ao conhecimento de que precisam é fundamental para combater efetivamente a covid-19.”

PME: a melhor defesa de África contra a pandemia



Assia Sidibe



Mário Mujitas © VE

A covid-19 está a ter um impacto devastador na economia global. À semelhança de todos os continentes, África prepara-se para uma significativa crise económica. No entanto, apesar da inevitável recessão, a pandemia criou uma oportunidade única para promover o crescimento das pequenas e médias empresas (PME) no continente africano.

Empoderar as PME do continente poderia limitar as consequências económicas a longo prazo da pandemia. Ao criar o ambiente certo para os jovens empreendedores e as ‘startups’ implementarem as soluções inovadoras que estão a emergir da crise, os países africanos têm uma oportunidade para estimular a criação de empregos. Isto é crucial num continente onde a taxa de emprego dos jovens é de 16% e onde entre 10 e 12 milhões de jovens ingressam no mercado de trabalho todos os anos.

Desde o início do surto, jovens empresários e PME têm-se envolvido activamente no desenvolvimento de inovações para combater os efeitos potenciais do vírus nos países africanos. Do ‘Solar Wash’, um dispensador de água sem necessidade de contacto físico e movido a ener-

gia solar, no Gana, às ferramentas de triagem, na Nigéria, e a plataforma de rastreio remoto ‘DiagnoseMe’ para a covid-19, no Burkina Faso, os jovens africanos estão a conceber soluções locais engenhosas para ajudar a prevenir a propagação da doença.

As PME de África demonstraram a sua flexibilidade e adaptabilidade. Por exemplo, no Quênia, uma fábrica têxtil foi transformada numa linha de montagem de máscaras cirúrgicas no espaço de uma semana. No Senegal, o Instituto Pasteur de Dakar desenvolveu um protótipo de um teste de diagnóstico para a covid-19 que demora dez minutos a apresentar o resultado.

Se forem comercializadas e a sua escala aumentada, essas inovações poderão criar mais empregos. Um exemplo está no sector farmacêutico. De acordo

O acesso ao capital é provavelmente o desafio mais significativo para as PME africanas.

Embora muitas instituições mundiais já forneçam capital, as fontes locais deveriam desempenhar um papel mais significativo no apoio ao crescimento das PME.

com a Comissão Económica das Nações Unidas para a África, há 16 milhões de empregos que ficam comprometidos, todos os anos,

devido à importação de produtos farmacêuticos no valor de 14 mil milhões de dólares. A fábrica de máscaras cirúrgicas no Quênia já emprega 400 trabalhadores, incluindo 320 mulheres, e planeia usar a receita das vendas para abrir mais duas unidades. O Instituto Pasteur de Dakar formou uma parceria com uma empresa britânica de biotecnologia para obter a certificação internacional. A produção em massa conduzirá, provavelmente, a novas contratações de jovens, homens e mulheres, senegaleses.

Com os recursos adequados, estas inovações poderiam apoiar as indústrias transformadoras que reforçariam as defesas de África contra a covid-19 e criariam empresas sustentáveis a longo prazo, oferecendo empregos estáveis. Além de garantir o acesso ao capital inicial, os governos deveriam criar um enquadramento regulamentar transparente e confiável que facilite o empreendedorismo e incentive os investidores.

O acesso ao capital é provavelmente o desafio mais significativo para as PME africanas. Embora muitas instituições mundiais já forneçam capital, as fontes locais deveriam desempenhar um papel mais significativo no apoio ao crescimento das PME. O Instituto Pasteur de Dakar obteve um financiamento inicial para o seu ‘kit’ de testes para a covid-19 do governo britânico e da Fundação Bill & Melinda Gates. A plataforma DiagnoseMe recebe financiamento do Fundo de Desenvolvimento de Capital das Nações Unidas. Mas a maioria dos parceiros internacionais acha difícil trabalhar com PME que tenham necessidades mais modestas.

A nível nacional, vários governos africanos criaram fundos destinados à covid-19 para combater a doença e convidaram filantropos e empresas a contribuir.

Embora a maioria dos fundos se concentre no fortalecimento dos sistemas de cuidados de saúde e na assistência aos membros mais vulneráveis das suas sociedades, alguns serão designados para a criação de empregos e recuperação económica. Uma das melhores formas de o fazer é fornecer microfinanciamento a novas empresas, permitindo que as PME invistam e cresçam.

Não há dúvida de que os doadores empresariais do continente estão a atender ao apelo. Na África do Sul, os empresários contribuíram com quase 150 milhões de dólares para o Fundo de Solidariedade do governo. Na Nigéria, os CEOs de grandes empresas irão financiar equipamentos médicos e tendas médicas totalmente equipadas. Mas os líderes empresariais podem fazer mais. O financiamento para a fase inicial, o capital de arranque e ‘workshops’ de orientação para jovens inovadores são outras maneiras de impulsionar o empreendedorismo. Da mesma forma, os programas pan-africanos, como o da Fundação Tony Elumelu, deveriam aumentar os respectivos esforços.

Garantir que as PME do continente tenham acesso ao capital e ao conhecimento de que precisam é fundamental para combater efetivamente a covid-19. As soluções de propriedade africana que sejam adaptadas às condições locais e criem valiosas oportunidades de emprego podem ser a chave para mitigar o impacto económico da pandemia. Há até razões para se ter esperança de que as condições difíceis irão produzir jóias preciosas inesperadas.

Presidente do UNITLIFE, fundo de financiamento das Nações Unidas ao combate à desnutrição crónica.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Produtos da cesta básica com aumentos de 400 por cento, quatro vezes mais caros desde que o kwanza começou a perder valor. 34% dos angolanos em pobreza moderada, e 35% em pobreza extrema, quase 70% da população pobre.

Desemprego nos 32%, desemprego jovem nos 58%, em cada 10 jovens 6 estão desempregados. Estado altamente endividado, com

mais de 60% das receitas destinadas ao pagamento de dívida pública e por isso com recursos limitados para o investimento que pode criar emprego. Investidores estrangeiros muito poucos, então depois da pandemia, quase miragem. Tempestade perfeita de três crises, a que já existia desde 2015, e que continua, a do petróleo, que desde que tomou para mínimos de 10 dólares, ronda os 40 dólares e agora, a crise do Covid19 que vem adicionar mais um prego no caixão. Recessão. Catástrofe económica, catástrofe social. Tudo números e expressões que economistas da envergadura de Alves da Rocha usaram recentemente, e, mais uma vez, para alertar sobre a necessidade de priorizar, de dirigir o pouco que o Estado tem ou consegue obter para políticas que criem soluções de emergência, que criem emprego...

E eis que no meio deste cenário de absoluto pesadelo social, o Presidente da República autoriza a despesa de quase 45 milhões de dólares para construção de nova sede para a Comissão Nacional Eleitoral. João Lourenço diz que a CNE necessita de infraestruturas para acomodar condignamente os seus funcionários visando prestar melhor atendimento na missão da organização e condução dos pleitos eleitorais.

E agora pergunto eu... isto é a sério?

Nesta altura, em que estamos a ver a economia a afundar, sem perspectivas de melhora? Nesta altura em que temos gente em sério risco de vida porque centros de hemodiálise, sem stocks, voltaram a reduzir horas de tratamento. Conta o jornal O País que não recebem pagamentos devidos por um Ministério da Saúde (que anda tão entretido

com o Covid-19)? Nesta altura em que temos tanta gente desempregada, que não consegue dar de comer aos filhos. Gente a passar fome...

E é nesta altura que é uma prioridade construir sedes para os funcionários da Comissão Eleitoral poderem trabalhar comodamente? Será que paredes novas para a comissão é que vão dar seriedade aos processos eleitorais?

Esta conversa perfeitamente absurda de “desempenho da missão com dignidade” vem de longe, e não é só do PR para nossa falta de sorte. É a conversa, repetida ao ponto de se tornar narrativa que justifica a despesa estapafúrdia do Estado por exemplo com as milhares de viaturas protocolares de luxo que circulam nas nossas vias permanentemente esburacadas. Vários milhões em carros de luxo para os deputados que representam angolanos que em quase 70 por cento, são pobres.

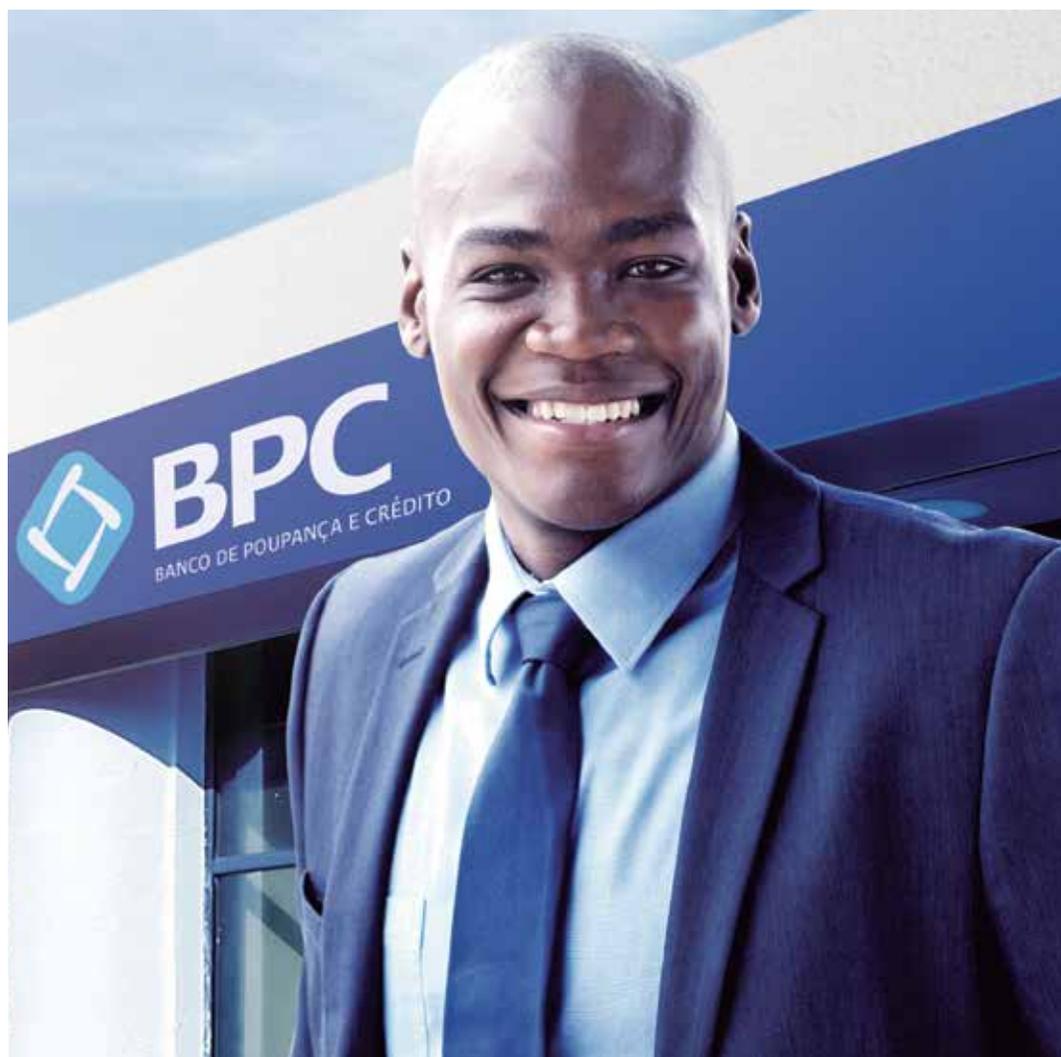
É a narrativa que justifica embaixadas e casas de embaixadores que custam verdadeiras barbaridades ao OGE. É a conversa da dignidade para desempenho de funções que justifica a construção de obras megaló-

manas como a da Assembleia Nacional que terá custado mais de 100 milhões de dólares e que, pior do que isso, gastava há dois anos quase dois milhões de dólares só para manutenção tudo em nome da dignidade para exercer cargos públicos...

Dignidade querido leitor... Um conceito que traduz, honra, autoridade nobreza, qualidade moral. Tudo coisas que não se merecem por decreto... Que, como se diz na gíria “não saem na farinha amparo”, que não vêm atreladas por magia a uma nomeação. Mas que se ganham com reconhecimento do trabalho em prol do bem comum. Bem comum esse, que, a avaliar pela pobreza generalizada, pelas desigualdades, pelo empobrecimento não existe em quantidade suficiente no desempenho dos nossos servidores públicos.

E que tal primeiro melhorarem os indicadores sociais, melhorarem a qualidade de vida da população que representam e assim ganhar a tal qualidade moral merecida, para depois então ostentarem dignidade material?

Na rádio essencial 96.1



**TODA CRISE TRAZ
UMA OPORTUNIDADE.
PARA O BPC,
TROUXE VÁRIAS.**

Está a surgir um novo BPC mais sólido, ágil e moderno como você e Angola merecem.

Informações Adicionais

Para mais informações, contacte a nossa rede de agências ou:



www.bpc.ao
**Call Center:
226 444 000**



Jornal Valor económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Edição 213 Partilhas 237 Likes 675

Dois temas dominaram os debates na pagina do Facebook da semana passada: a noticia de que a cadeia de supermercados da Shoprite aguarda à um ano por resposta do Ministério da Agricultura de modo a viabilizar a exportação de ananás, maracujá, manga e café para a Africa do Sul e a noticia da construção de um novo edifício para a CNE num contrato de 44,7 milhões de USD com o grupo Mitrelli. Em conjunto com a capa e entre reacções partilhas e comentários a página do Valor Económico voltou a registar mais de 10 mil interacções.

Shoprite há um ano à espera de MinAgri

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Claudio Joao Conflitos de interesses, e conveniências políticas.



Waldemar De Fontes Pereira d'Orey Alguém quer ser sócio.



Moffat Saviera Caso micha! Esses gananciosos!



Divaldo Cruz Tanta incompetência nessa gente!



Osvaldo Manuel Vergonha



Miguel Vieira PALHAÇADA.



Silvio Muhongo Tanta maldade porquê marimbondos? Nova sede CNE orçada em 44,7 milhões USD



Homero Diogo Esse edifício é prioridade ?



Sandra Marise Brincar menos com os dinheiros públicos... meus senhores, temos muita gente à morrer a fome no nosso país! Que tal usarem uma das torres, que foram confiscadas em Luanda?



Elias Tancredo Edu Rocha, não têm sede condigna?



Degala Lussati Tem de estar à altura do Manico (risos)



Zola Mendes Jr. Enquanto isso não há instalações próprias para a provedoria de justiça.



Eliezer Gunza Eli Está chegar às eleições estão a se preocupar com casa de CNE em vez de Hospital e Escolas. Vocês pensam com a mão e não com a cabeça, está ali o estádio 11 de Novembro custou muito dinheiro ao governo agora já precisa ser reabilitado.



Pedro Alberto Os 3 pleitos eleitorais passada funcionaram aonde? Este governo anda sem norte.



Divaldo Cruz Com tantos imóveis que foram apreendidos?

Covid-19

TRUMP CRITICADO

Defender menos testes



O Presidente dos Estados Unidos está a ser criticado pelos opositores democratas por ter pedido às autoridades sanitárias para fazerem menos testes à covid-19.

Sem deixar claro se falava a sério, Donald Trump declarou, no sábado, aos seus apoiantes, durante um comício na cidade de Tulsa, no estado de Oklahoma, que a des-

pistagem da doença era “uma faca de dois gumes”. “Eis o lado mau: quando se faz este volume de testes, encontramos mais pessoas, mais casos. Então disse à minha equipa para diminuir o ritmo da despistagem. Eles fazem testes e testes”, afirmou.

A directora-adjunta da campanha de Joe Biden, que tudo

indica será o oponente de Donald Trump nas eleições presidenciais de Novembro, classificou as declarações de “indignas” e que serão lembradas “por muito tempo”.

“O presidente Trump apenas admitiu que está a colocar a política à frente da segurança e do bem-estar económico dos norte-americanos. Ainda por cima,

quando registamos o número mais alto de novos casos da covid-19 e 20 milhões de pessoas estão desempregadas”, sublinhou. A presidente da câmara da cidade de Atlanta, Keisha Lance Bottoms, que poderá ser escolhida por Biden para candidata à vice-presidência, afirmou que as declarações de Trump foram “uma vergonha”.

EM CABO VERDE

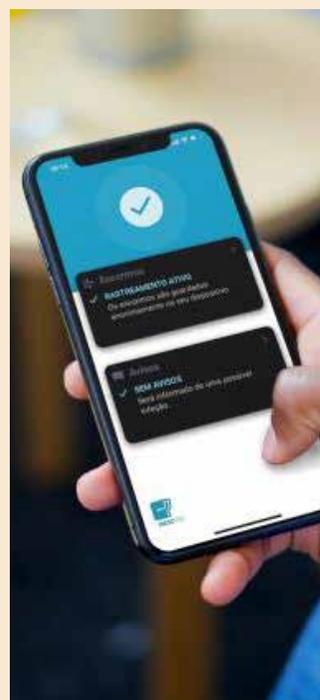
Telemóveis vão alertar sobre contacto com infectados

Cabo Verde vai passar a usar um aplicativo de telemóvel para rastreamento e detecção de quem esteve próximo a uma pessoa infectada com covid-19 e respectivo percurso, tentando assim conter a propagação da doença, conforme legislação aprovada pelo governo.

Em causa, está uma resolução do conselho de ministros que já entrou em vigor, dando o aval a uma proposta de um grupo de cidadãos cabo-verdianos para o desenvolvimento de uma aplicação de rastreamento de contactos de proximidade para utilização em Cabo Verde.

A medida faz parte da resposta à covid-19 nesta fase de desconfinamento, em que o risco de relaxamento das medidas de autoprotecção é considerado “maior” e, embora “ciente de que soluções tecnológicas levantam, naturalmente, preocupações com a privacidade”, lê-se na resolução.

O aplicativo de rastreamento de casos e contactos por telemóvel foi desenvolvido por um consórcio internacional, que deixou o protocolo (DP-3T) aberto para ser utilizado pela comunidade internacional no apoio ao combate à propagação da covid-19.



SINDICATO

Médicos não se opõem à contratação de cubanos

O Sindicato Nacional de Médicos de Angola (Sinmea) reiterou que não está contra a contratação de médicos cubanos, mas contra a situação dos mais de 2.500 profissionais que se encontram no desemprego.

A vice-presidente do Sinmea, Domingas Matos, lembrou que a contratação dos médicos cubanos foi justificada pelo Governo com a situação da pandemia e os problemas que os hospitais enfrentam. “O espanto é que, segundo relatos dos colegas que estão nos locais onde os médicos foram alocados, eles (os médicos cubanos) não estão a trabalhar para aquilo que vieram fazer. Muitos estão a fazer trabalhos administrativos e outros estão a adaptar-se”. “Como é possível que quem veio formar a esta altura esteja a adaptar-se, não estaria já a formar ao invés de estar a ser formado, há mesmo necessidade de trazermos médicos para nos formar, quando, na verdade, acabam adquirindo experiência cá?”, questionou.

A sindicalista reclamou que o Governo consegue pagar a médicos estrangeiros, mas aos nacionais, muitos deles reprovados no concurso público, apela ao voluntariado.



COM NOVAS REGRAS

Portugal vai manter estado de calamidade

O primeiro-ministro de Portugal anunciou um pacote de novas medidas, em que constam a limitação de ajuntamentos e o fecho antecipado de cafés e bares, que entra em vigor esta semana.

António Costa antecipou que vai manter o estado de calamidade em 15 freguesias de cinco concelhos de Lisboa, onde se tem registado um elevado número de novos casos de infecção pela covid-19. “Foi consensual que, na próxima quinta-feira, quando o conselho de ministros proceder à reavaliação do estado de calamidade, este deve ser mantido relativamente ao conjunto destas 15 freguesias e destes concelhos”, afirmou Costa, após a reunião com os presidentes dos cinco municípios da área metropolitana de Lisboa onde se tem registado um elevado número de novos casos da covid-19 nas últimas semanas.



O REPRESENTANTE permanente de Angola junto da União Africana, Francisco da Cruz, e a embaixadora dos Estados Unidos da América neste organismo continental, Jessica Lapenn, analisaram, nessa segunda-feira, a evolução da pandemia da covid-19 no mundo e, em especial, em África.

APÓS FIM DO ESTADO DE ALARME

Governo de Espanha apela a que não se baixe a guarda

O primeiro-ministro espanhol apelou a que não se baixe a guarda após o fim do estado de alarme, porque “o vírus pode voltar e levar a uma segunda vaga, e há que evitar a todo o custo”.

Poucas horas antes do fim do estado de alarme, Pedro Sánchez disse que começava uma nova etapa, em que “se recuperou a rua, reconquistou a mobilidade”, e em que a economia começa a retomar. “Estamos em condições de

avançar, temos o dever de avançar”, acrescentou, citado pela agência espanhola Efe.

Sánchez insistiu que, graças ao estado de alarme, foi possível “salvar milhares e milhares de vidas”. “Fomos atingidos com extrema dureza, mas resistimos”, sustentou.

A pandemia da covid-19 já provocou cerca de 460 mil mortos e infectou mais de 8,6 milhões de pessoas em 196 países e territórios, segundo um balanço feito pela agência francesa AFP.



SEGUNDO O GOVERNO

Infractores da cerca sanitária serão presos

A ministra da Saúde apelou à consciência dos cidadãos para que respeitem as cercas sanitárias impostas pelas autoridades para evitar a propagação da covid-19 e avisou que os infractores serão severamente punidos.

Segundo Sílvia Lutucuta, o Governo tem “apelado aos angolanos para o cumprimento das medidas do estado de calamidade, mas há problemas de consciencialização da dimensão do problema que estamos a enfrentar. Só assim se compreende que as pessoas, de forma leviana, furam as cercas sem saber que estão a colocar-se em risco a elas próprias e outras pessoas que possam encontrar”, referiu.

O país já tem os primeiros casos de infecção por covid-19 fora de Luanda, devido à violação da cerca sanitária.

NA INTERNET

Pós-pandemia é discutida com parceiros da Alemanha

Empresários angolanos e alemães avaliaram o potencial das medidas tomadas pelos Governos dos dois países para reduzir os efeitos da crise causada pela pandemia da covid-19 sobre os negócios bilaterais.

Num seminário virtual promovido pela Câmara de Comércio e Indústria Angola-Alemanha, a representante da embaixada de Angola no encontro, Isabel de Sousa, disse acreditar que

a antecipação dos Governos dos dois países às questões sanitárias e económicas suscitadas pela pandemia pode favorecer os negócios.

A especialista alemã em instituições financeiras de desenvolvimento Rena Terfrüchte apresentou a experiência da Alemanha para proteger a economia do impacto da covid-19, apontando um pacote de resgate da economia avaliado em 1,3 triliões de euros.



Ambiente



Os papagaios cinzentos são protegidos por lei, mas a caça está a deixar a espécie ameaçada e em vias de extinção.

PARA UM PERÍODO DE SEIS ANOS

Angola recebe 4 milhões USD para combate ao comércio ilegal

CONSERVAÇÃO. Verbas a serem concedidas pelo PNUD devem ser também destinadas para travar a caça furtiva da fauna, sobretudo em duas áreas de conservação e numa reserva de espécies endémicas.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vai disponibilizar quatro milhões de dólares para apoiar o projecto do Governo de combate ao comércio ilegal em Angola.

A garantia foi dada pelo representante daquela instituição das Nações Unidas, Goetz Sehrote, que avançou, em declarações à imprensa, que o montante a ser disponibilizado deverá ser usado num período de seis anos.

“O dinheiro é proveniente do fundo global do ambiente, criado em 1992, visando cumprir com as obrigações internacionais, através das quais os países apoiam a biodiversidade” afirmou.

O projecto de combate ao comércio ilegal da vida selva-

gem foi lançado este mês pelo Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, que pretende pôr fim ao conflito entre homem e animal em Angola.

O director do Instituto Nacional da Biodiversidade e Áreas de Conservação, Aristófanis da Cunha, esclareceu que o projecto prevê também travar a caça furtiva da fauna, tendo já sido seleccionadas duas áreas de conservação e uma reserva de espécies endémicas, como a Palanca Negra Gigante encontrada na Reserva Integral do Luando, o papagaio cinzento, chimpanzé, gorila e elefantes que se encontram no Parque Nacional do Maiombe.

O responsável indicou que existe uma série de actividades a concorrerem para a redução desta prática nociva à biodiversidade e apelou para a necessidade de outros parceiros serem

MEMORIZE

● O dinheiro é proveniente do fundo global do ambiente, criado em 1992, visando cumprir com as obrigações internacionais, através das quais os países apoiam a biodiversidade.

adicionados, solicitando o apoio para a concretização do projecto enquanto elemento essencial para a manutenção dos recursos existentes.

Já o chefe de cooperação operacional de unidades de crimes ambientais, António Lopez disse que o crime em que mais intervém é a caça furtiva e abrange toda a espécie selvagem.

António Lopez recordou que a lei prevê a prisão de todos os

infractores de caça furtiva, mas lamentou que muitos destes indivíduos continuam impunes.

PAPAGAIOS DEVOLVIDOS

Dois papagaios cinzentos foram devolvidos ao seu habitat natural, na Floresta do Maiombe, em Cabinda, pela administração do Parque Nacional do Maiombe.

Em nota, a administração da reserva florestal do Maiombe esclarece que os animais estavam no centro de reabilitação do parque, depois de terem sido retirados das mãos de caçadores furtivos.

Os papagaios cinzentos são protegidos por lei, mas a contínua caça e comercialização por parte de traficantes nacionais e internacionais estão a deixar a espécie ameaçada e em vias de extinção.

A administração do parque garante que tem gizado programas diversos de educação ambiental nas comunidades, para explicar a importância dos papagaios cinzentos na atracção turística local, bem como a necessidade de conservação e protecção do animal e do seu habitat natural.

NA SIBÉRIA

Termómetros chegam aos 38°C

Os termómetros na cidade russa de Verkhoyansk, no Leste da Sibéria, chegaram aos 38 graus Celsius no fim-de-semana, informaram, esta segunda-feira, fontes meteorológicas russas.

Verkhoyansk, juntamente com Oymyakon, são conhecidos como os dois lugares mais frios do planeta, onde as temperaturas podem cair para mais de 67 graus abaixo de zero. Segundo as autoridades, a situação actual em Verkhoyansk, onde as altas temperaturas foram registadas neste fim-de-semana, deve-se a um “anticiclone oriental”.

O serviço meteorológico de Yakutia, onde estão localizadas as duas “capitais do frio”, lembrou que nesta parte da Sibéria as temperaturas podem subir até 30 graus no verão, mas essa situação normalmente ocorre em Julho, e não em Junho.

“Mas em breve tudo voltará ao normal e as temperaturas em Verkhoyansk deverão cair para 15 graus, além disso, possivelmente na localidade haverá chuvas sob a forma de granizo”, disse a meteorologista local Tatiana Marshalik, citada por a agência russa RIA Novosti.

Na semana passada, o Serviço Meteorológico da Rússia alertou que as temperaturas na Sibéria nos próximos dias excederiam a norma em mais de 10 graus e, se a situação persistir, o risco de incêndios florestais na região aumentará.



Marcas & Estilos



Vazios memoráveis

Empty Memory é uma colecção de jóias que funciona como pen drives. Cada peça foi fundida em aço inoxidável de alta qualidade, polida à mão por artesãos e finalizada com várias cores e um design que contém um vazio na forma escultural.

Estilos incríveis

Damos o tratamento geométrico moderno ao acessório a esta peça da Hoops. Esses aros alcançam um bom equilíbrio entre diversão e sofisticação. Podem ser usados à noite com muita facilidade. E há mais estilos incríveis.

AGENDA

LUANDA

ENTRE JUNHO E JULHO

A galeria Talatona Art apresenta, online, a exposição 'A Arte não pode parar' com os artistas Alcides Malayka, Álvaro Macieira, Armando Scoott, Fineza Teta, Francisco Vidal, Guilherme Mampuya e outros.

28 DE JUNHO

Live no Kubico '3G do Semba' com Bonga, Paulo Flores e Yuri da Cunha, na TPA 1, a partir das 14 horas.

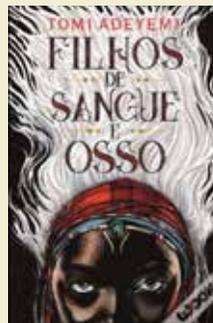
31 DE JULHO

Expo Cake Design Angola, no Centro de Centro de Convenções de Talatona, a partir das 17 horas.

LIVROS



SALAZAR – A Queda de uma Cadeira que Não Existia, de José António Saraiva, uma biografia com uma perspectiva original sobre a história do ditador português. É a sua História escrita de dentro para fora e não de fora para dentro.



FILHOS DE SANGUE E OSSO + SACO, de Tomi Adeyemi, é um romance épico com um mundo de fantasia rico em evocações históricas, magia, lutas de poder e amor. Uma aventura magnética baseada na cultura africana.



Mário Mujinas © VE

TURISMO

Uma cidade dourada

Praga é a capital da República Checa e da impressionante região de Boémia. É também conhecida como 'A cidade das cem torres' ou 'A cidade dourada'. Visitá-la é como entrar num conto de fadas onde as infinitas e mágicas torres escondem princesas. As ruas parecem criadas para o simples prazer dos sentidos e as lojas são decoradas com todo o tipo de detalhes. O ambiente medieval que envolve a cidade é capaz de fazer o visitante voltar no tempo e nunca esquecer esse lugar tão especial.

AUTOMÓVEL

Um sonho cruzeiro

O BMW Série 5 520 Luxury dispõe de caixa automática de oito mudanças e motor diesel. Não são todos os dias que pode estar perto de realizar um sonho. As principais características que marcam este SUV são os estofos em pele, volante com multifunções, bancos inteligentes, TV, modo Cruise Control, Bluetooth.



NÚMEROS DA SEMANA

93

É a **quantidade** de cabeças de gado bovino que morreram, este ano, na Canjala, em Benguela, por falta de água.

18

É o **volume de arroz** que foi comercializado, este ano, pelos produtores agrícolas em Malanje.

20.500

É o **total de captura** de pescado que os armadores em Benguela atingiram durante o primeiro trimestre deste ano.

160

É o **número de lotes** de mercadorias diversas que a AGT vai leiloar online, em Julho.

PREJUÍZOS ACIMA DE 50%

Perdas “alarmantes” na agricultura

Agricultores angolanos queixam-se da ‘crónica’ falta de estradas para o escoamento da produção para os pontos de consumo, já que a situação tem resultado em perdas médias, por safra, na ordem dos 50%.

Dados oficiais indicam que, na Huíla, com uma produção diversa de 514,5 mil toneladas (cerca de 3% do total da produção nacional estimada em 21 milhões de toneladas) perde-se, anualmente, em média, um terço da produção, ou seja, 171,5 mil toneladas, por falta de meios de transporte e estradas. E é na fruta em que as perdas chegam a ser mais graves. Em 2019, por exemplo, mais de 80 mil toneladas de fruta, entre maçã, pêsegos, pêra e morangos, apodreceram na Humpata, e outras 20 mil de hortícolas também se degradaram na Chibia, Cacula e Quilengues.

Mariana Soma, directora do gabinete provincial de Agricultura, Pecuária e Pescas, explica que, sempre há desperdícios, a batata rena estragada é transformada em semente para o ano seguinte. “Este é um problema crónico que inibe pequenos, médios e grandes produtores de expandir as terras agricultáveis”, lamenta.

O cenário repete-se em Benguela, com uma produção anual estimada em mais de 800 mil toneladas. Na primeira fase da campanha agrícola 2019/2020, a província atingiu uma produção de 248 mil toneladas, das 289 mil e 626 toneladas previstas. Responsáveis locais do sector afirmam que 35% dessa safra se degradou nas áreas de cultivo, por falta de escoamento.

Na Lunda-Sul, a presente campanha agrícola regista uma redução de 60%, com a colheita a baixar de 500 mil para pouco mais de 200 mil toneladas. Nessa província, a fazenda Cacanda, por exemplo, uma das mais importantes, baixou a produção em 70%. O projecto tem 10 mil galinhas, 160 cabeças de gado bovino, 60 suínos e cerca de cinco hectares para a produção de hortícola.

Já, no Bié, o agricultor Afonso Satula, detentor de uma fazenda de 200 hectares, afirma que perde anualmente mais de dez milhões de kwanzas, tendo o foco na produção de café, milho, soja, banana e hortícolas que invariavelmente acabam por apodrecer no campo.

Também Alfeu Vinevala, outro agricultor, se manifestou “agastado” com as perdas. O fazendeiro produziu trigo em 230 hectares, mas, por falta de máquinas, colheu apenas 30 hectares (duas toneladas por hectare) de forma manual, recorrendo a 50 pessoas, em três meses. “Os restantes perderam-se no campo, por falta de máquinas para colheita”, lamenta.



Mário Mujetes © VE

TAAG FORMOU 42 PILOTOS

Dash8 para voos domésticos

As aeronaves de fabrico canadiano do tipo Dash8-400s adquiridas pela Taag, que serão utilizadas para as rotas domésticas e regionais podem chegar ainda este mês.

Informações citando fonte da transportadora pública confirmavam a chegada do primeiro avião esta terça-feira, já com a nova logomarca da companhia de bandeira, sendo que “o reforço da frota e a modernização dos serviços continuam a ser apostas da Taag”, um exercício que

se alarga à frota Boeing 777. Para os voos dos turboélices Dash8-400s, foram treinados 72 técnicos de manutenção, 42 pilotos, 36 comissários de bordo e quatro oficiais de operações de voo, com formadores da Flytah (de Canadá) e da Ethiopian Airlines, com sessões práticas ‘on the job’.

A Taag voa para mais de 12 destinos domésticos e vários internacionais, em África, América do Sul, Caribe, Europa e Ásia, com uma frota de 10 aviões, sendo quatro do tipo 737-700, seis 777-300 e 777-200, actualmente parquados devido à covid-19.

Mexidas na comunicação e telecomunicação

O Presidente João Lourenço efectuou mexidas nos conselhos de administração de algumas empresas tuteladas pelo recém-criado Ministério da Comunicação e Tecnologias de Informação.

Em relação aos órgãos de comunicação, tratam-se da Radio Nacional de Angola que passa a ter como PCA Pedro Afonso Cabral, enquanto Estanislau Baptista Garcia substitui Paula Simons como administrador Executivo para a Área de Conteúdos.

Paulo Julião que desempenhava o cargo de administrador executivo para a área de conteúdos da TPA é agora administrador não executivo na RNA, assim como o jornalista Alexandre da Silva Africano Neto.

Neto de Almeida Júnior Gaspar passa a ocupar o cargo de administra-

dor executivo para a área de conteúdos da TPA que continua a ter como presidente da administração Francisco José Mendes. Já na Empresa Nacional de Correios e Telégrafos de Angola, Maria Luísa Alves Andrade é substituído no cargo presidente do conselho de administração por Walter Alexandre Pereira Teixeira. Por último, João Lourenço fez ligeiras mexidas na Angola Telecom, mantendo-se como presidente do conselho de administração Adilson Miguel dos Santos. Passam a integrar a equipa Yuri Venâncio Bernardo da Silva como administrador executivo para a área comercial e marketing e António Rodrigues Barbosa de Mascarenhas que é o novo administrador executivo para a área de logística e gestão de infraestruturas.